

CONVERGÊNCIA

Setembro 2004 • Ano XXXIX • Nº 375

ISSN 0010-8162



- VR: onde se encontra o protagonismo histórico?
- Breves notas sobre a 'nova masculinidade'
- "... E disso somos testemunhas", nesta "terra de santa cruz"!
- Medicina alternativa versus medicina convencional: balanço de um confronto crítico
- Análise de conjuntura – junho 2004 – texto apresentado ao CONSELHO PERMANENTE em 22/06/2004

Sumário

EDITORIAL	385
PALAVRA DO PAPA	390
INFORME CRB	392
ARTIGOS	394
VR: onde se encontra o protagonismo histórico?	394
PROF. DR. FREI ANTÔNIO MOSER	
Breves notas sobre a 'nova masculinidade'	406
PE. MÁRCIO FABRI DOS ANJOS, CSsR	
"... e disso somos testemunhas", nesta "terra de Santa Cruz"!	414
FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR	
Medicina alternativa versus medicina convencional: balanço de um confronto crítico	428
JOSÉ ROQUE JUNGES, SJ	
Análise de Conjuntura – Junho 2004 – Texto apresentado ao CONSELHO PERMANENTE em 22/06/2004	437

A ilustração da capa da Convergência 2004 apresenta a logomarca do Jubileu da CRB. É um projeto gráfico da artista gráfica Patrícia Oliveira da Rocha (Belo Horizonte - MG) e Luiz Henrique Sales (Rio de Janeiro - RJ). A capa evoca a presença e missão da Vida Religiosa do Brasil no mundo atual, como Testemunho, Profecia, Esperança.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitorino, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura	Brasil: R\$ 85,00
Anual	Exterior: US\$ 80,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)
para 2004	Números avulsos: R\$ 8,50 ou US\$ 8,00

Editorial



Presença e profecia no mundo

IR. MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

O mundo da ciência e a Igreja Católica, especialmente na França, celebram neste ano de 2004 o cinquentenário da morte de Teilhard de Chardin, cientista, religioso jesuíta, místico e profeta. O divórcio entre fé e ciência era uma característica da sua época. Toda tentativa de aproximação entre ambas era considerada uma ameaça à integridade do dogma e posta sob suspeita. Chardin conheceu de perto as conseqüências dessa postura obscurantista de determinados ambientes católicos da época e teve que pagar um alto preço por defender suas convicções mais íntimas.

A comemoração desse cinquentenário é ocasião propícia para tomar consciência do legado espiritual desse eminente religioso, Teilhard de Chardin, que tem extraordinária atualidade e importância no mundo de hoje. Seu testemunho e sua profecia não se perderam nas vicissitudes do tempo, mas continuam inspirando o compromisso de muitos cristãos e religiosos na sua disposição de ser presença qualificada na sociedade de todos

os tempos. Para ele "a ciência tem o direito à autonomia de pesquisa, e quanto mais ela avança, mais descobrirá a profunda conexão que existe entre todos os seres. Toda matéria é sagrada e converge para Deus. A maneira mais profunda de a pessoa adorar a Deus é defender a vida da humanidade e da natureza. A fé se expressa no amor. Por isso, não pode nos descomprometer da política nem das preocupações com o mundo. Ao contrário, ela nos leva a nos consagrar aos irmãos e ao futuro melhor para a humanidade".

Neste começo do Terceiro Milênio, considerado cada vez mais como uma verdadeira mudança de época, grandes *revoluções* de caráter científico, tecnológico, econômico e político-social estão em curso. É certo que a problemática nascida da atual *revolução global* e a problemática das primeiras décadas do século XX, quando viveu Teilhard de Chardin não são idênticas, mas estão estreitamente interrelacionadas e interconectadas, como as águas de um rio que vão se avolumando, se espalhando e se modificando na

medida em que avançam no seu impetuoso curso. Cada avanço tecnológico, científico, político ou cultural traz no seu âmago sementes de novos progressos e de imprevisíveis descobertas; provoca desdobramentos e abre perspectivas cada vez mais fascinantes e promissoras, suscitando também inquietações e temores.

Se nos anos 30 e 40 do século XX a teoria evolucionista de Chardin constituiu para muitos a *pedra de escândalo* e para outros o *talismã* encantado de uma nova visão de mundo, provocando suspeitas e condenações, ao mesmo tempo em que abria novos horizontes para a compreensão do *fenômeno humano*, hoje os horizontes que se descortinam com os avanços da informática, da cibernética e sobretudo da biotecnologia parecem catalisar e comandar o rumo dos debates, das preocupações e das esperanças da humanidade.

O certo é que ninguém, nenhuma sociedade, nenhuma instituição, nenhuma religião ou crença permanece indiferente diante das mudanças de grande porte que o atual estágio das pesquisas e dos avanços científicos e tecnológicos deixam intuir e prever. Como em outros momentos históricos, diferentes posturas podem ser assumidas. Pode-se oscilar de um encantamento ingênuo e até mesmo mítico, a uma posição refratária, a um apriorismo defensivo e obscurantista. Em ambos os casos, falta lucidez e sentido de responsabilidade histórica. Para González Faus, toda encruzilhada histórica é um chamado à responsabilidade humana. Fechar os olhos diante de encruzilhadas históricas, é sinônimo de irresponsabilidade humana.

Efetivamente, toda encruzilhada histórica, seja ela provocada por mudanças de paradigmas técnicos e científicos, ou pelas mudadas circunstâncias da vida humana em qualquer de suas dimensões, requer antes de tudo o sentido de respeito e de responsabilidade diante do futuro da humanidade e do cosmo. Posições ingênuas ou reacionárias podem dar lugar a novas formas de obscurantismo, podem transformar-se na negação da própria condição do ser humano de *co-criador* com o Criador, de *parceiro* de Deus na edificação de um mundo que seja a manifestação do seu *projeto* para toda a humanidade. De um mundo onde o saber, o conhecer e o fazer estejam orientados ao bem comum, à realização dos desejos mais profundos da pessoa humana. Ontem como hoje, permanece válida para a Igreja - povo de Deus - a afirmação da Constituição Pastoral do Concílio Ecumênico Vaticano II, *Gaudium et Spes*: "nada há verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração".

A Vida Religiosa, como consagração-missão a serviço do mundo, é profundamente questionada e provocada pelas grandes transformações da atual encruzilhada histórica. A evocação da figura do exímio religioso e cientista Chardin e do seu legado à humanidade pode projetar luz nas incertezas e promessas, nas fragilidades e possibilidades inéditas do atual momento histórico, ajudando a Vida Religiosa a manter sempre acesa a lâmpada da profecia e da audácia evangélica, e a realimentar a sua capacidade de fazer-se presente e profética nas novas circunstâncias e nos *novos areópagos* do mundo atual.

Os artigos de Convergência deste mês de setembro querem ser também um subsídio valioso para a reflexão e o compromisso das Comunidades religiosas chamadas a ser *vanguarda* evangelizadora no mundo atual.

“Vida Religiosa: onde se encontra o protagonismo histórico” – do Prof. Dr. Antônio Moser – é um artigo particularmente questionador, que trata dos grandes avanços e das sensacionais descobertas que estão acontecendo no campo da biotecnologia, bem como da problemática inédita que este fato está colocando para a fé, particularmente a fé cristã. Estaríamos diante da iminência de uma ruptura mais profunda do que nunca entre ciência e fé, como pretendem determinados setores da sociedade e da comunidade científica? Estaria a Igreja, uma vez mais “atravancando o avanço das ciências e até impedindo a cura de certas enfermidades de cunho genético?” O texto do Prof. Dr. Antônio Moser trata de projetar luz sobre esse *admirável mundo novo* da biogenética, no intuito de esclarecer as grandes questões que dele emergem, permitir transitar com mais clarividência nos meandros dessas novas descobertas e, sobretudo, de ajudar a compreender as relações entre biogenética e bioética. Na primeira parte do artigo o autor focaliza os passos históricos que levaram ao atual estágio de desenvolvimento do Projeto Genoma Humano. Na Segunda, apresenta três possíveis interpretações dos fatos: – “Mais uma forma sofisticada de dominação?” – “Será que tudo é tão fácil assim?” – “O senso crítico desenvolvido”. Na parte final, apresenta perspectivas de ação para

a Vida Religiosa, que denomina de *virtudes*: – recuperar o protagonismo histórico; – voltar ao estudo; – pregar o evangelho da vida.

O Prof. Dr. Márcio Fabri dos Anjos, CssR, no seu artigo – “Breves notas sobre a Nova Masculinidade” – trata uma questão de particular relevância no atual momento histórico: como as relações de gênero estão afetando a própria compreensão da masculinidade, nas suas várias dimensões? A grande transformação cultural que ocorre no mundo hoje está mudando substancialmente as atribuições das funções dos homens e das mulheres na sociedade e isso afeta as representações sexuais e as identidades masculinas e femininas. Daí a expressão *nova masculinidade*. “Na Vida Religiosa esta expressão nova masculinidade pretende ser uma proposta para que os religiosos assumam construtivamente, em sua identidade sexual, as mudanças que forem necessárias nestes novos tempos, segundo o Evangelho”. Com esse intuito, o autor desenvolve ao longo do artigo, com pertinência e clareza, os tópicos que lhe parecem mais importantes para compreender o que se passa nessa área, tais como: – mudanças na distribuição sexual do trabalho; – a reprodução biológica; – nova masculinidade e feminismo; – um desafio e um sorriso da cultura; – Igreja e Vida Religiosa também experimentam a nova masculinidade; – um processo irreversível; – e então o que fazer? Neste último tópico, o autor apresenta alguns pontos de referência que parecem importantes para orientar a busca de qualidade em meio a tal processo de mudanças. Conclui lembrando

que “nos tempos em que vivemos estão acontecendo muitas coisas e muito rapidamente. Há quem se incomode profundamente com tantos questionamentos e mudanças. Mas há também outra forma de encarar. Perceber que é um privilégio poder participar de um processo de revisão tão grande na humanidade. E poder ser um pouco do fermento de Deus para estas mudanças que estão acontecendo”.

O artigo do Prof. Francisco de Aquino Júnior – “...e disso somos testemunhas” nesta “Terra de Santa Cruz” – situa-se dentro do grande horizonte do Jubileu da CRB e dos seus desdobramentos para a Vida Religiosa no Brasil hoje. Desenvolve um dos três eixos da celebração do Jubileu, o do **testemunho**. O ângulo de abordagem é não só o da estratégia pastoral, mas o daquilo que nos constitui cristãos: ser testemunhas da vida, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré. É uma abordagem contextualizada, ou seja, trata-se de ser testemunhas na “Terra de Santa Cruz”. O autor parte de um estudo bem documentado e sério do conceito de testemunho nos textos lucanos, sobretudo nos Atos dos Apóstolos. Apresenta, a seguir, uma configuração histórica do testemunho cristão segundo sua base neotestamentária, na pessoa de D. Pedro Casaldáliga, a testemunha fiel de Jesus Cristo. Num terceiro momento refere-se ao caráter concreto e historicamente situado do testemunho que se espera da Vida Religiosa no Brasil hoje, nas palavras de Pedro Casaldáliga: “Certamente a Vida Religiosa deve ser cada vez mais testemunho de alternatividade, de radicalidade evangélica, de diaco-

nia de compaixão e esperança. Deve ser a Vida Religiosa sempre mais uma profecia diária dentro da Igreja e na sociedade, com uma grande abertura ecumênica e macroecumênica, na fronteira das causas humanas e na periferia da marginalização”.

O Prof. Dr. Roque Junges, SJ, no seu artigo – “Medicina alternativa versus medicina convencional: balanço de um confronto crítico” – oferece aos leitores uma sugestiva e original reflexão, de especial atualidade, sobre essa candente temática. O texto interessa não apenas aos religiosos/as que trabalham na área da saúde, mas a todos, posto que apresenta elementos capazes de projetar luz nos meandros dessa questão que está hoje na ordem do dia. Tendo em conta o dado objetivo da proliferação de terapias alternativas, o autor insiste na importância de um confronto entre as duas realidades, a partir do paradigma de medicina que socialmente se impôs no ocidente e da visão de saúde subjacente a ele. Analisa o paradigma clínico de saúde e a compreensão de saúde que o sustenta. Expõe em grandes linhas os elementos de um confronto crítico entre medicina alternativa e medicina convencional e apresenta parâmetros éticos necessários nesse confronto. Conclui afirmando que “a medicina alternativa veio para ficar, sendo necessário encontrar um modo de harmonização e acomodação com a convencional. Elas não devem excluir-se, mas complementar-se”.

O nosso País vive neste segundo semestre de 2004 o processo das eleições municipais, momento político de especial importância para os rumos da Na-

ção. O texto "Análise de conjuntura", apresentado ao Conselho Permanente da CNBB em junho deste ano pelo Assessor Dr. Pedro Ribeiro de Oliveira e sua equipe, trata as principais questões que configuram a atual conjuntura nacional e internacional, e apresenta considerações importantes a serem tidas em consideração na conjuntura nacional das eleições municipais a realizar-se em outubro. A

importância política e estratégica das eleições municipais no conjunto da vida do País é focalizada com pertinência e clareza. O texto chama a atenção também para a ambigüidade de estratégias de caráter religioso que estão sendo utilizadas nesse processo e que, entre outros riscos, podem "desvalorizar a política enquanto campo autônomo de ação em favor do bem comum".

“Os artigos de Convergência deste mês de setembro querem ser também um subsídio valioso para a reflexão e o compromisso das Comunidades religiosas chamadas a ser vanguarda evangelizadora no mundo atual.”



Palavra do Papa

Mensagem do Papa João Paulo II para o dia mundial do turismo 2004 (27/09)

“Esporte e turismo: duas forças vitais para a compreensão mútua, a cultura e o desenvolvimento dos países”

1. Na circunstância do próximo Dia Mundial do Turismo, que se celebrará no dia 27 do próximo mês de setembro, é-me grato dirigir-me a todas as pessoas que exercem o seu trabalho neste setor da atividade humana, para oferecer algumas reflexões que ponham em evidência os aspectos positivos do turismo. Com efeito, muitas das situações de violência, pelas quais a humanidade passa nos nossos dias, encontram a sua raiz na incompreensão e inclusivamente na rejeição dos valores e da identidade das culturas diversas. Por isso, muitas vezes elas poderiam ser ultrapassadas mediante um melhor conhecimento recíproco. Neste contexto, penso também nos milhões de emigrantes, que devem participar na sociedade que os recebe, fundamentando-se sobretudo no apreço e no reconhecimento da identidade de cada pessoa ou grupo. A este propósito, a Igreja não pode deixar de reiterar uma vez mais o núcleo da sua visão do homem e da história. Com efeito, o princípio supremo

que deve reger a convivência humana é o respeito pela dignidade de cada indivíduo, criado à imagem de Deus e, por conseguinte, irmão de todos os outros.

2. No corrente ano, o tema do Dia é: “Esporte e turismo: duas forças vitais para a compreensão mútua, a cultura e o desenvolvimento dos países”. Esporte e turismo fazem referência sobretudo ao tempo livre, em que se devem fomentar atividades que contribuam para o desenvolvimento físico e espiritual. Não obstante, existem numerosas situações em que o turismo e o esporte se entrelaçam de maneira específica e se condicionam reciprocamente, como quando o esporte se transforma precisamente no motivo determinante para os deslocamentos tanto dentro do próprio país como no estrangeiro. Com efeito, o esporte e o turismo estão estreitamente vinculados nos grandes acontecimentos desportivos, em que participam os países de uma determinada região ou do mundo inteiro, como nos Jogos Olímpicos, que não devem renunciar à

sua elevada vocação de vivificar os ideais da convivência, da compreensão e da amizade. Todavia, também em muitos outros casos menos espetaculares, como nas atividades desportivas no âmbito escolar ou nas associações do próprio bairro ou da própria localidade. Noutros casos, praticar um determinado esporte é o que motiva a programação de uma viagem ou das próprias férias. Trata-se, pois, de um fenômeno que diz respeito tanto aos desportistas elitários, aos seus respectivos grupos e seguidores, como aos clubes sociais mais modestos e também a muitas famílias, jovens, crianças e, finalmente, a quantos fazem do exercício físico um dos motivos importantes da sua viagem. Tratando-se de uma atividade humana que se refere a tantas pessoas, não causa admiração o fato de que, não obstante a nobreza das finalidades proclamadas, se produzam também em muitos casos abusos e desvios. Não se pode ignorar, entre outros fenômenos, o mercantilismo exacerbado, a competição agressiva, a violência contra as pessoas e as coisas, até chegar à degradação do meio ambiente ou à ofensa contra a dignidade cultural de quem acolhe.

3. O Apóstolo São Paulo apresentava aos cristãos de Corinto a imagem do atleta para explicar a vida cristã, como exemplo de esforço e de constância (cf. 1Cor 9, 24-25). Com efeito, a prática correta do esporte deve ser acompanhada da temperança e da educação à renúncia; com muita frequência, ela exige inclusivamente um bom espírito de grupo, atitudes de respeito, apreço pelas qualidades do próximo, honestidade no jogo e humildade para reconhecer os limites pessoais.

4. Sem dúvida, o turismo deu um impulso poderoso à prática do esporte. As faci-

lidades que ele oferece, e inclusivamente as numerosas atividades que ele promove ou patrocina por sua própria iniciativa, incrementaram de modo concreto o número daqueles que apreciam o esporte e que o praticam no seu tempo livre. Desta forma, multiplicaram-se as ocasiões de encontro entre diferentes povos e culturas, num clima de bom entendimento e de harmonia. Por isso, sem deixar de prestar a devida atenção aos desvios que, lamentavelmente, continuam a verificar-se, desejo exortar de maneira encarecida e com renovada esperança, a promoção de "um esporte que salvaguarde os mais frágeis e não exclua ninguém, liberte os jovens do risco da apatia e da indiferença, e suscite neles um sadio espírito de competição; um esporte que seja um fator de emancipação dos países mais pobres e contribua para eliminar a intolerância e para construir um mundo mais fraternal e solidário; um esporte que contribua para fazer com que a vida seja amada e a fim de que se eduque para o sacrifício, o respeito e a responsabilidade, levando à plena valorização de cada um" (Discurso por ocasião do Jubileu dos Desportistas, 28 de outubro de 2000, n. 3). Com estas considerações, convido as pessoas que desempenham atividades relacionadas com o mundo do esporte no âmbito do turismo, os esportistas e todos os que praticam o esporte nas suas viagens, a dar continuidade aos seus esforços, em vista de alcançar estes nobres objetivos, enquanto invoque sobre cada um deles as abundantes bênçãos divinas.

Vaticano, 30 de maio de 2004,
Solenidade de Pentecostes

Joannes Paulus n. II



“...Queremos convidá-la e convidá-lo a entrar na grande **TENDA – CRB Jubilar** que, com equilíbrio e maturidade, continuará aberta à novidade e às novas exigências da missão evangelizadora. O processo que vamos vivenciar durante esses dias, esclarecerá as escolhas que devemos fazer e os passos a serem dados” (Palavras de Ir. Maris Bolzan, na abertura da XX AGO).

No interior da TENDA, o discernimento... na experiência da escuta aos muitos sinais, a escolha da nova Diretoria da CRB Nacional, assim constituída:

Presidente: Ir. Maris Bolzan, SDS

Diretor-1º Vice-Presidente: Pe. Nivaldo Luiz Pessinatti, SDB

Diretora-2ª Vice-Presidente: Ir. Terezinha Antonia Sotopietra, CICA F

Diretor-3º Vice-Presidente: Ir. João Gutemberg Mariano Coelho Sampaio, FMS

Diretora-Secretária: Ir. Gelza Maria Freitas Ribeiro, STS

Diretor-1º Tesoureiro: Pe. Itacir Brasiani, MSF

Diretor-2º Tesoureiro: Pe. Luiz Neis, SJ

Diretora-Conselheira: Eurides Alves de Oliveira, ICM

Diretor-Conselheiro: Frei Paulo Xavier Ribeiro, OFM Cap.

Diretora-Conselheira: Ir. Aurora Côgo, IJE

Diretora-Conselheira: Ir. Maria de Lourdes Braz Sobrinho, ISVPG

Nos dias 02 e 03 de agosto, aconteceu a primeira reunião em que se encontraram as duas Diretorias, a cessante e a nova. No interior de uma outra **TENDA**, capela da sede da CRB Nacional, Eucaristia de acolhida às e aos eleitas/os e de agradecimento e despedida da última Diretoria. Participaram também dessa celebração a Coordenação Executiva, CEN, e as/os funcionárias e funcionários. Em seguida, um café festivo de confraternização.

A reunião para repasse da missão aconteceu num clima de confiança e júbilo próprios de um grupo generoso e entusiasmado pela missão de animar a Vida Religiosa no Brasil. Com todo cuidado, fez-se a memória do último triênio que foi acolhida como mais uma lição a se aprender, preservando a vida nele contida e com abertura aos *horizontes, prioridades e realces* elaborados em Assembléia.

No segundo dia, contacto com a realidade, conhecimento das competências em vista da organização do triênio 2004-2007 e alguns encaminhamentos.

Depois de concluírem os trabalhos a volta a sua outra missão com a convicção esperançosa de que, “...o espírito de itinerância

faz-nos superar os medos e assumir a lógica do testemunho e da profecia e, não somente vislumbrar, mas desvelar novos horizontes muito mais perto que pensamos” (Idem – palavras de abertura).

Esse informe quer comunicar ainda os nomes das pessoas que aceitaram, disponibilmente, um serviço à CRB, na comunhão gerada pela mística que inspira a participação co-responsável.

Conselho Superior

Ir. Ana Buscatto, MC

Irmão Edgar Genuíno Nicodemos, FSC

Ir. Helena Calderaro, SMIC

Ir. Saturnina Oliveira Silva, FCMIM

Ir. Vilma Moreira, FI

Conselho Fiscal

Pe. Donizetti Tadeu Venâncio, SJ

Ir. Eloísa Helena Rezende, CDP

Ir. Leonarda Reis Veiga, FMA

Ir. Lúcia Pereira de Rezende, RSCM

Pe. Marcos Sandrini, SDB

Toda a Vida Consagrada do Brasil é convidada a assumir junto com as/os eleitas e eleitos o compromisso corresponsável com a serviço de animação a que são enviadas/os com preces, na envolvente solidariedade que caracteriza o sentimento de pertença à CRB.

**“...o espírito de itinerância faz-nos
superar os medos e assumir a lógica
do testemunho e da profecia e,
não somente vislumbrar, mas desvelar
novos horizontes muito mais
perto que pensamos,,**

VR: onde se encontra o protagonismo histórico?

PROF. DR. FREI ANTÔNIO MOSER

Introdução

Foi no dia 14 de maio do corrente ano de 2004, no Recife, quando a CRB (Nordeste) celebrava os 50 anos de existência. Mesmo depois da pauta já estar fechada, a Presidência generosamente me concedeu alguns minutos no plenário, e uma hora inteira numa das oficinas. Porém, os poucos momentos para apresentar um livro de 450 páginas, valeram por muitas e muitas horas. Embora se tratasse apenas de comemorações a nível regional, naqueles exatos cinco minutos diante de umas 700 pessoas, religiosas e religiosas, tive a sensação de estar sendo submetido a uma verdadeira terapia gênica rejuvenecedora. A mesma sensação se repetiu no dia seguinte, na referida oficina sobre "Biotecnologia e Bioética: para onde vamos?". Cheguei à conclusão que a CRB, como outros organismos semelhantes, pode até haver perdido um pouco do protagonismo histórico de algumas décadas atrás, mas certamente ainda apresenta vitalidade su-

ficiente para recuperá-lo. Basta que ela saiba fazer novamente uma adequada leitura de alguns sinais dos tempos, que saiba interpretar estes sinais à luz dos múltiplos carismas evangélicos, e que esteja disposta a acertar o passo com um momento ímpar da história da Criação.

A realidade que brota do silêncio dos laboratórios é, certamente, intrigante, entusiasmante e preocupante ao mesmo tempo. Como nunca na história, seres humanos encontram-se em condições de mergulhar nos segredos mais íntimos da vida. E mais, encontram-se em condições para interferir neles, de maneira decisiva, alterando o código genético e até rompendo barreira das espécies considerada intransponível até bem pouco tempo. Esta realidade, oferecida aos pedaços através de notícias revestidas de sensacionalismo, deve ser melhor conhecida e melhor interpretada. Uma vez dados estes dois primeiros passos, importa perguntar-se pelas virtudes que deverão ser cultivadas para que se possa não ape-

nas assumir uma postura adequada, como também, através de uma participação ativa, recuperar o protagonismo histórico. Afinal, a VR sempre quis dar testemunho, discernindo os sinais dos tempos e abrindo caminhos para uma vida nova. Ao que parece, este é um momento histórico ímpar, e portanto, um momento privilegiado para o despertar da consciência de uma nova face da nossa missão.

1) Eis que faço novas todas as coisas (Ap 21,1)

Nos poucos minutos que contemplei aquela pequena multidão de religiosos e religiosas que me olhavam, eu lia numa grande faixa a sugestiva frase do Apocalipse: “Eis que faço novas todas as coisas”. Seria uma mera coincidência? O fato é que eu estava ali, para dizer exatamente isto: uma nova realidade, totalmente nova, está surgindo e encontra-se centrada na vida. Não é certamente a novidade que o Apocalipse pressupõe, mas nada haveria em comum entre as duas novidades: aquela saída das mãos de Deus e aquela que começa a sair das mãos dos homens? É verdade que a novidade que emerge dos laboratórios não vem sozinha uma vez que ela vem acompanhada de todo um séquito de transformações mais rápidas e mais profundas do que nunca sob os mais diversos prismas: científico, técnico, social... Mas, só que todo este séquito encontra-se como que direcionado para um mesmo objetivo: mergulhar fundo nos segredos do código genético, não só para contemplá-lo, mas para decifrá-lo e, eventualmente, transformá-lo.

1.1. *Recolocando a questão*

Num artigo publicado na **Convergência** sob o título “Biotecnologia: enfim o admirável mundo novo?” (setembro de 2001, pp. 426-440) eu tinha procurado dar uma idéia do que se passava no campo da biotecnologia, ou seja, na aplicação da tecnologia de ponta para lidar diretamente com a vida em suas várias formas. Entretanto, aquilo era apenas um breve ensaio para o que eu mesmo fui descobrindo a partir de então e que coloquei no referido livro “**Biotecnologia e Bioética: para onde vamos?**” (Vozes, 2004). Depois disto muita coisa nova aconteceu. E quase todos os dias são anunciadas sensacionais descobertas neste campo. Com isto a cada dia que passa a Igreja vem mais diretamente interpelada. Um *lobby* que mescla pesquisadores e empresários chega a sugerir que a Igreja, uma vez mais, estaria atravancando o avanço das ciências, e até impedindo a cura de certas enfermidades de cunho genético. Interpelações de cunho emocional, que exploram os sofrimentos e limitações de certos doentes, parecem sugerir uma ruptura mais profunda do que nunca entre ciência e fé: a primeira seria a verdadeira promotora da vida e do progresso; a segunda já não teria mais muito a dizer. Enfim, de um modo definitivo, a vida passa agora a ser comandada por técnicos altamente especializados, que entendem de tudo, até de religião, e que tudo sabem e tudo podem.

Para melhor sentir a problemática que está nos desafiando, também a nós enquanto religiosos e religiosas, convém voltar ao dia 26 de julho do ano 2000.

Em frente à Casa Branca, em Washington, o então Presidente Clinton, ladeado de proeminentes figuras do mundo político e do mundo científico, dava como oficialmente concluído o Projeto Genoma Humano. Este projeto fora iniciado dez anos antes, e tinha sido levado adiante pelos esforços conjugados de entidades públicas e privadas de várias nações. Seu objetivo era de, o mais rapidamente possível, fazer a leitura do genoma humano. Já há muito sabíamos que o que vemos do nosso corpo ou daquilo que aparece em qualquer ser vivo, não traduz toda a sua realidade. Mesmo quando com a ajuda de aparelhagem ultra sofisticada radiografamos tecidos, ossos, órgãos, acabamos não conseguindo ver o principal, ou seja, o que está na origem e sustenta tudo isto. O referido Projeto Genoma Humano foi uma espécie de ponto alto de uma longa caminhada para nos dizer exatamente isto: os seres vivos são mais complexos do que se poderia imaginar. De fato, por baixo do que se vê se encontram 100 trilhões de células; cada célula tem um núcleo completo, com 23 pares de cromossomos; estes cromossomos são constituídos de ácidos e comportam, na espécie humana, cerca de 30 mil genes; os genes, por sua vez, são como que pequenas ilhas, que "nadam" num mar imenso de 6 bilhões e bases. Todo este material se intercomunica, levando ordens e contra ordens, seja para manter a vida ou então para decretar o seu fim e reiniciar um novo ciclo vital.

1.2. Algumas surpresas

O Projeto Genoma Humano, desenvolvido ao longo da década de 1990, trouxe

muitas surpresas. Uma delas aponta para o fato de todos os seres vivos apresentarem o mesmo código genético, embora não o mesmo número de genes, nem a mesma disposição das quatro "letras" (C, T, A, G), sinalizando os quatro elementos químicos básicos. Isto significa que, geneticamente falando, todos os seres vivos são muito próximos, e que, sobretudo em se tratando de seres humanos, não há maior imbecilidade do que aquela que tenta justificar geneticamente discriminações raciais. A genética aponta exatamente em sentido contrário, o de uma fraternidade universal, que remete, portanto, para um mesmo princípio criador.

Outra surpresa diz respeito ao que até há pouco se denominou de "lixo genético". Concretamente se constatou que apenas 3% dos genes são codificantes, ou seja, responsáveis por uma ou mais funções determinadas; 97% dos genes não serviriam para nada. Esta constatação desmistificou de tal forma a ditadura dos genes, que hoje nenhum cientista sério deixa de ressaltar junto com os mecanismos da vida a força constitutiva do meio ambiente, seja em termos de aparências, seja em termos de realidade profunda. Isoladamente considerados os genes não são tão importantes assim, e portanto, nem pensar que sejam eles que determinam os comportamentos, e muito menos a felicidade ou a desgraça de uma pessoa.

A próxima surpresa também se relaciona com a importância relativa dos genes, mas em sentido contrário: o até há pouco denominado "lixo genético" é, na realidade, uma espécie de gigamemória,

muito maior do que a de qualquer computador, que carrega consigo toda a nossa história pessoal e até a de nossos ancestrais. Se assim for, então os genes nos falam muito mais do nosso passado do que do nosso futuro: sobre o passado eles nos oferecem muito maior certeza do que sobre o futuro.

1.3. Ovelhas clonadas nos pregam um susto

Claro que a história da biogenética não começou com o Projeto Genoma Humano. Até pelo contrário, a humanidade sempre observou certas constantes, e ao mesmo tempo certas variáveis curiosas em termos de hereditariedade. Há muitos séculos, sobretudo a partir do século XVI, se começou a apontar para a matemática como uma espécie de linguagem da hereditariedade. E ao menos desde meados de 1800, com Mendel, se teve certeza de que na transmissão da vida existe uma lógica muito consistente, embora não absoluta. Ao longo do século XX não só os estudos, como também as experiências de laboratório conheceram uma progressiva aceleração. É assim que, ao menos desde a década de 1970 se intensificaram as tentativas de transmissão da vida em laboratório, através de vários processos, uns mais simples, outros mais complicados. Entre os mais simples aparecem a in-seminação e a fecundação artificiais; entre os mais complexos aparecem a partenogênese – processo de reprodução que dispensa o elemento sexual masculino – e a clonagem, que ofereceria uma cópia fiel do doador do núcleo da célula. Este último processo, o da clonagem disparou no íbope jorna-

lístico sobretudo a partir de 1997, quando duas ovelhas entraram para a história: a Dolly e a Polly. A primeira foi “concebida” pela transferência do núcleo de uma célula adulta para o núcleo esvaziado de outra célula; a segunda foi geneticamente enriquecida com genes humanos, se apresentando como uma espécie de amostra clara das possibilidades de hibridização entre os seres humanos e os demais seres vivos.

A partir das duas referidas ovelhas, ninguém mais duvidava: estávamos muito próximos de chegar à clonagem humana. Vários anúncios neste sentido, marcaram de sensacionalismo a virada do século e do milênio. Todos se constituíram em blefes. Mas, de qualquer forma, ninguém mais duvida de que agora não só conhecemos a maior parte dos segredos referentes aos mecanismos da vida, como também somos capazes de manipular estes mesmos mecanismos, produzindo seres sob medida. De fato, com a biotecnologia de ponta os seres vivos já não serão apenas observados, ou transformados: eles podem ser criados e recriados, conjugando várias espécies, como se faz com um brinquedo onde as peças mudam constantemente de lugar. Mais exatamente, pensar em “lugar” ou em “órgãos” ou em “corpos”, já não parece uma linguagem muito adequada. Hoje se prefere falar em virtualidade, para caracterizar a fluidez de todos os mecanismos vivos, agora sob o comando dos seres humanos.

2) Três interpretações possíveis

A velocidade das descobertas e as notícias entrecortadas, nos deixam um tan-

to perdidos. É muito difícil recolher o acúmulo de dados e informações de tal forma que apareça uma visão de conjunto do que está ocorrendo. Mais difícil ainda é interpretar esses fatos. Para uns isto tudo soa como se o fim do mundo estivesse próximo; para outros como se o paraíso terrestre estivesse prestes a ser recriado, já não pelas mãos do Criador, mas das criaturas; para outros ainda, o que está ocorrendo exige muita ponderação, onde dados positivos e negativos sejam devidamente avaliados.

2.1. *Mais uma forma sofisticada de dominação?*

A primeira interpretação, a pessimista, começa colocando o Projeto Genoma à luz de outros dois mega-projetos que o precederam: o Projeto *Manhattan* e o Projeto *Apollo*. Com o Projeto *Manhattan* se chegou ao conhecimento e ao domínio do átomo, ou seja, do microcosmos; com o Projeto *Apollo* se chegou ao domínio do macrocosmos. O projeto atômico poderia ter sido totalmente positivo, mas, sabidamente, ele foi desenvolvido com um objetivo bem preciso: mostrar, através da bomba atômica, quem manda no mundo. Já o Projeto *Apollo* requer uma leitura mais cuidadosa, pois saltam aos olhos as maravilhosas viagens espaciais que, apesar de alguns acidentes, acabaram se revelando como êxitos sem precedentes. Acontece que, ao se examinar o que está ocorrendo no Afeganistão, no Iraque e na Palestina, uma dúvida se levanta de imediato: será que todo aquele gigantesco esforço era inocente e visava apenas o progresso? Traduzindo: hoje qualquer pessoa, em qual-

quer parte do mundo, é rastreada por satélites que vasculham todos os recantos da terra, monitorando os passos de cada um. Isto é tão verdade que os foguetes mortais são direcionados para pessoas previamente selecionadas.

Quando agora se juntam os três mega-projetos, cabe a pergunta sobre quem os liderou, e mais precisamente como é que o Projeto Genoma, apesar de haver sido levado adiante por um conglomerado de Instituições e nações, foi inteiramente absorvido pelos Estados Unidos da América do Norte. Sabidamente quem primeiro começou a pesquisar neste campo foram cientistas franceses, nos inícios da década de 1980. Esse grupo de cientistas tinha um objetivo revestido dos mais nobres propósitos: tratava-se de localizar possíveis genes, ou famílias de genes, responsáveis por certas enfermidades, para então agir com maior segurança e rapidez, corrigindo os males pela raiz. Este objetivo claramente humanista era garantido pela imediata comunicação dos resultados, sem reserva de patentes, para todos os laboratórios interessados. Tão logo os USA assumiram a coordenação o objetivo terapêutico nem aparece entre os sete objetivos enumerados na constituição do Projeto Genoma Humano. E mais: entrou em vigor imediatamente a reserva de patentes. Ou seja: quem quiser conhecer os resultados deverá pagar por isto, pois as descobertas no código genético são consideradas propriedade particular e até segredo de Estado.

Ademais, quando se olham as conquistas biotecnológicas em termos de agricultura, por exemplo, não se pode dei-

xar de perceber algumas coincidências estranhas: toda a produção de sementes é comandada por algumas multinacionais, sendo que as maiores são norte-americanas. E mais: as sementes dos transgênicos são esterilizadas, de tal forma que a cada ano devem ser recompradas. E mais: junto com a semente é preciso comprar todo o pacote tecnológico de insumos e inseticidas. Quando a isto se junta o fato de algo de muito parecido ocorrer também com o campo da medicina, salta aos olhos que não se pode mais pensar de maneira ingênua: os interesses econômicos parecem sobrepor-se aos bons sentimentos. Não estaria a biotecnologia ao serviço da dominação, substituindo progressivamente a necessidade de manter mais de 500 mil soldados espalhados por todo o mundo?

2.2. Será que tudo é tão fácil assim?

A segunda interpretação é exatamente aquela que pode levar o nome de “ingênua”. Para quem faz esta leitura, o detalhamento do código genético revela uma realidade maravilhosamente complexa; a inteligência e a capacidade humanas nunca teriam estado tão claramente voltadas para o bem de todos; as vítimas de certos males oriundos de problemas genéticos serão as maiores beneficiárias destas sensacionais experiências e descobertas. Vítimas dos males de *Alzheimer* e de *Parkinson*, pessoas afetadas por distrofias musculares, paraplégicos e outros tantas pessoas até agora condenados a uma vida sem esperança, voltam a sorrir: as promessas de cura rápida e definitiva soam em alto e bom som não apenas em noticiários, mas até

em programas mais cuidadosamente preparados. E não só: as descobertas e experiências dão novo ânimo para os que necessitam de transplantes de órgãos. Através da denominada clonagem terapêutica, e mais precisamente através da produção de tecidos e órgãos, acabariam as angustiosas esperas, com o desejo implícito de que alguém morra para que outros possam viver. Com isto até o problema de eventuais rejeições acabaria. Enfim, se nem Jesus conseguiu curar todos os cochos e vítimas de outras enfermidades do seu tempo, agora a biotecnologia entra em cena não só com promessas, mas com certeza de resultados imediatos, totais e definitivos.

O ponto central das referidas esperanças vem constituído pelas poderosas e maravilhosas células tronco. É verdade que a maior concentração destas células miraculosas se encontra nos embriões. Mas elas também se encontram espalhadas em todo o organismo, e com maior densidade no cordão umbilical e na medula óssea. Só que a utilização destas últimas células, denominadas de células tronco adultas, requer mais investimento em termos de tempo e dinheiro. As células embrionárias são captadas com mais facilidade e teriam maior capacidade regeneradora. Daí naturalmente a idéia de “aproveitar” os embriões sobran-tes das tentativas de inseminação e fecundação artificiais para produzir tecidos e órgãos. Ninguém sabe quantos destes embriões sobran-tes estarão congelados nos já bem numerosos laboratórios existentes inclusive no Brasil. E como, segundo alguns pesquisadores, a garantia de um implante de embrião requer

que se introduzam nas trompas uns quatro embriões, sempre haverá embriões sobrantes em abundância. Assim, através da extração das células tronco de embriões, tecidos e órgãos poderiam ser produzidos em larga escala, suprimindo todas as necessidades do mercado.

2.3. Nada melhor do que o senso crítico desenvolvido

Uma leitura cuidadosa do texto acima já nos mostra que somente uma consciência ingênua, na acepção de Paulo Freire, é capaz de acreditar em tudo isto. Em primeiro lugar, produzir tecidos em laboratório não é um procedimento tão cotidiano, e, por enquanto ninguém conseguiu produzir órgãos "ocós", nem fazer com que outros órgãos eventualmente produzidos sejam de fato aproveitados. E ainda que se venha a conseguir tudo isto, sobra sempre a questão sobre quem serão os beneficiados: os de sempre.

Esta é uma perspectiva que poderá ocorrer somente a médio ou até a longo prazo. Com isto, dificilmente alguém que hoje é adulto irá se beneficiar destes expedientes. Ou seja: promessas para resultados imediatos devem ser colocadas mais na linha de doces ilusões do que de fundadas esperanças de cunho científico. Quando falamos em intervenções biotecnológicas neste nível estamos falando de procedimentos revestidos de grande complexidade. É verdade que injeções de células tronco em órgãos que apresentam deficiências parecem mais promissoras. Já se conhecem algumas experiências bem sucedidas neste particular. Em compensação, experiências mais ra-

dicais, até hoje foram um fracasso. Neste contexto convém recordar o velho ditado popular: "de vagar com o andor que o santo é de barro".

Quem faz uma análise ponderada dos novos dados científicos deve perguntar-se pela real importância dos genes em termos de saúde e de realização humanas. Os genes são relativamente importantes, mas que não agem sozinhos: genes sozinhos não levam a nada. Eles só cumprem sua tarefa quando se articulam com os demais componentes químicos que constituem o código genético, e inclusive quando se articulam com o meio ambiente. Isto, concretamente, significa que saúde não depende só dos genes, mas depende sobretudo de relações humanas sadias, de adequadas condições de alimentação, de habitação, de higiene... e assim por diante. Ou seja: não é científica a abordagem que simplesmente ignora a economia, a política, a psicologia, a religião, educação... Supervalorizar os genes é querer simplificar o que por sua natureza é complexo.

Mas, nesta altura convém apontar mais diretamente para dois problemas éticos: um controlável, outro insuperável. O insuperável diz respeito à produção ou ao uso de embriões já existentes, para extrair suas células. Este processo significa a morte do embrião. Ora, na medida em que cada dia fica mais evidenciado não só à luz da fé, como também da ciência, que já no embrião encontra-se concentrado todo o dinamismo necessário para sua evolução posterior, logo se coloca um veredicto: quem tem o direito de dispor de uma vida humana, ainda que incipiente?

O segundo problema de ordem ética, grave, mas que poderá ser contornado, diz respeito a uma comercialização eventual dos órgãos. Sabidamente hoje existem muitas denúncias de tráfico de órgãos, inclusive no Brasil. Diante disto, além do evidente crescimento dos privilégios dos já privilegiados, ou seja, os ricos e detentores de poder, a produção de órgãos em série não se constituiria numa verdadeira indústria, altamente rentável? Claro que isto pode ser evitado através de mecanismos rigorosos de controle por autoridade competente. Entretanto, sabidamente estes mecanismos de controle social nem sempre se encontram acima dos conhecidos altos níveis de corrupção.

Uma vez feitas essas reservas, contudo, também não se pode deixar de reconhecer as grandes conquistas efetuadas, e as fundadas esperanças notadamente nos campos da agroindústria, da medicina e até da economia no seu todo. É verdade que, por exemplo, no caso específico da agricultura, saltam aos olhos as acirradas polêmicas envolvendo os transgênicos. A rigor não se questionam nem a validade de tentativas de enriquecimento genético de produtos alimentícios, nem experiências referentes à produção de transgênicos. O problema é que de poucas e ainda insuficientes experiências, se passou logo para a produção e a comercialização em larga escala. Mas, afora isto, não há dúvidas de que a biotecnologia, se não for dominada por uns poucos grupos, poderá representar um significativo avanço. Tudo depende de adequados mecanismos de controle. No que se refere ao

campo da medicina, basta pensar na rapidez e segurança oferecidas pelos exames de DNA para já se ter uma idéia do quanto a biotecnologia poderá contribuir para o aprimoramento não só dos diagnósticos, como também para a cura, na medida em que se buscam medicamentos com atuação precisa. E, finalmente, em termos gerais de economia, é preciso reconhecer que, num momento em que muitos recursos naturais dão mostras de esgotamento, a biotecnologia oferece boas alternativas.

3) Algumas virtudes específicas

Feita a leitura da realidade, ainda que de maneira muito sucinta, e oferecendo chaves para interpretar devidamente esta realidade, cabe agora a pergunta sobre o que podemos fazer diante de tudo isto. Tudo parece muito distante. E no entanto, tudo está tão próximo: comemos transgênicos talvez sem o saber; testes de DNA já entram para o cotidiano; apesar de todas as objeções éticas, a denominada reprodução humana assistida é praticada em escala significativa. Daí, se a VR quiser recuperar um pouco de seu protagonismo histórico não poderá simplesmente continuar vivendo como se nada tivesse a ver com isto. É nesta altura que aparece a necessidade do cultivo de algumas virtudes mais específicas para participarmos ativamente deste processo sem volta atrás. Só explicitaremos três virtudes, que, por sinal, já se encontram implícitas nas colocações anteriores: reassumir o protagonismo histórico, voltar ao estudo, e anunciar com mais entusiasmo do que nunca o Evangelho da vida.

3.1. *Recuperar o protagonismo histórico*

Não são necessárias longas considerações para aceitarmos humildemente que perdemos um pouco o passo da história. Basta que tenhamos presente o que acontecia há alguns decênios quando a CRB ou a CLAR emitiam algum documento, e o que acontece hoje. Não apenas se seguia de imediato uma grande movimentação para aprofundar as questões levantadas, mas não poucas vezes os conteúdos acabavam influenciando outros círculos, para além da VR, inclusive o mundo social e político. Hoje tanto o impacto interno, quanto externo são bem menores. Não cabe aqui uma análise das razões que nos retiraram um pouco de cena: são muitas e complexas. Mas certamente cabe aqui sinalizar que, diante de tantas descobertas e polêmicas em torno da vida, Deus está nos oferecendo um claro sinal dos tempos: importa retomar e reerguer certas bandeiras que marcaram a VR há não muito tempo.

É verdade que tanto o contexto social quanto o eclesial mudaram muito. E a perda da vibração por certas causas passa também pela consciência de que já não dispomos dos mesmos meios para fazer rufar nossos tambores. A isto deve acrescentar-se um certo receio diante das implicações de tomadas de posição mais contundentes. Contudo, talvez aqui seja o lugar de recordarmos um episódio da vida do apóstolo Paulo e uma constante na vida dos profetas. Para confortar um São Paulo desanimado, sobretudo em Corinto, Deus lhe envia uma clara mensagem: “Não temas, Paulo, pois eu conto com um povo numeroso nesta cidade”.

A constante na vida dos profetas é aquela interpelação: “Vai. Não tenhas medo, pois eu estarei contigo”. Sem testemunho e sem profetismo a vida religiosa perde a força que lhe é própria: a força que brota da adesão decidida ao Evangelho.

3.2. *Voltar ao estudo*

Contudo, para o retorno ao protagonismo não basta boa vontade: a era biotecnológica exige ciência e competência. Talvez a maneira resumida com a qual apresentamos a revolução biotecnológica não tenha deixado transparecer nitidamente que nos encontramos diante de uma compreensão realmente nova. Isto significa que nossos antigos manuscritos e nossos antigos conhecimentos devem ser totalmente refundidos. Claro que a Palavra de Deus e demais referenciais religiosos continuam válidos, iluminando nosso caminho. Entretanto, diante de revolução tão profunda, eles certamente têm que ser retomados de outra maneira. É que, de fato, a biogenética e a biotecnologia nos colocam não apenas diante de uma linguagem nova e um tanto hermética, mas diante de uma realidade também nova, e desafiante.

Um termo de comparação nos ajudará a entender melhor a necessidade de recomeçarmos a estudar o “beabá”: é o campo da informática. Não estamos falando apenas do uso do *Word* para editar textos. Estamos pensando nos incontáveis programas que são produzidos para nos oferecer, com rapidez e segurança, um acúmulo de dados nunca vistos. E não se trata apenas de bancos de dados fixos, mas bancos móveis que se fazem e

refazem continuamente. Nem é mais possível imaginar o funcionamento de uma empresa, de uma agência bancária, ou de qualquer empreendimento maior sem a informática. Isto significa que quem fica à margem dela fica simplesmente à margem não apenas daquele campo específico, mas da realidade no seu todo. Ademais, tanto a compreensão quanto a própria realidade são dinâmicas o que pressupõe uma retomada contínua para não perder a conexão.

Com esta comparação se quer dizer que informática e biotecnologia não apenas se comunicam com uma linguagem diferente, mas produzem uma realidade diferente. Se antes tínhamos uma compreensão de vida enquanto substância sólida, palpável, individual, agora precisamos nos dar conta de que esta mesma vida nos remete para uma realidade fluida e mutável, que denominamos de "virtual". Ou seja, não só os corpos dos seres vivos vão sendo retrabalhados através de expedientes convencionais – alimentação, ginástica, salões de estética... etc. – como de uma forma ou de outra sempre o foram, como também nossos corpos e nossas mentes são trabalhados por outros expedientes bem mais sofisticados. Retomando a comparação anterior da informática, não só nos encontramos diante de um texto que pode ser continuamente refeito: nós mesmos somos uma espécie de texto virtual que, através de breves toques, pode assumir formas e até conteúdos surpreendentemente novos. A pergunta que sobra diz respeito exatamente à identidade dos seres em contínua gestação e mutação. Daí a imprescindível necessidade de não

apenas retornarmos ao estudo, mas a importância de integrá-lo no dia a dia.

Entretanto, há ainda outro ângulo a ser considerado nessa obrigatória volta ao hábito do estudo: é o ângulo da ética. Depois de um longo período na penumbra, a ética retorna com uma fisiologia nova, através da bioética, ou seja, a ética pensada no âmbito mais direto da vida. Embora se trate de um ramo que não conta mais do que quarenta anos, a bioética se faz sempre mais presente tanto no mundo universitário, quanto no mundo das pesquisas que de um modo ou de outro tratam da vida. Nascida com uma confessada missão de facilitar o diálogo entre tecnologia, ciência e ética, a bioética pressupõe o cultivo da interdisciplinaridade. Esta é mais um adendo importante: não basta mais se especializar numa área, para se tornar uma espécie de doutor universal. É preciso aprender a transitar pelos vários saberes e pelas várias práticas. Só assim poderemos contribuir para que a pergunta angustiada sobre o "para onde vamos", possa encontrar uma resposta satisfatória: também vai depender de nós.

3.3. Pregar o Evangelho da vida

"O Evangelho da Vida" não é apenas o título de um dos mais iluminados documentos do Papa João Paulo II. Também não é simplesmente uma expressão da moda. Ele traduz, numa nova linguagem, o frescor da Igreja e da VR nos seus primórdios. Através de Jesus Cristo, na sua pessoa, na sua atuação e na sua mensagem falada, o mundo conheceu uma nova e grande luz que ilumina todos os recantos do mistério da vida nas suas

múltiplas fisionomias. Hoje, mais do que nunca, se constata que vivemos numa cultura da morte: guerras sem fim e sem sentido, as mais cruéis formas de violência, as mais diversas e cruéis formas de marginalização, fazem com que multidões façam o papel de Jó, amaldiçoando o dia em que nasceram. Entretanto, ao lado destes fatos, já mais do que conhecidos, novas ameaças contra a vida vão sendo articuladas nos laboratórios. Pela desenvolvimento acelerado da biogenética nós nos apoderamos dos segredos mais profundos das várias formas de vida; pela biotecnologia somos capazes de interferir neles de tal forma que não apenas alteramos a realidade, mas podemos até recriá-la. Basta pensar na clonagem e nos transgênicos. Basta pensar no que representa interferir em mecanismos secretos que levaram milhões de anos para assumirem a configuração atual.

Por outro lado, não podemos esquecer daquilo que constitui um dos pontos centrais da nossa fé: Deus caminha conosco. Isto significa que a realidade que hoje nos assusta não precisa fugir forçosamente dos caminhos da vida para conduzir-nos por caminhos da morte. Até pelo contrário: a ambivalência estrutural de toda a realidade humana nos incentiva justamente a acionarmos aquele outro lado, ou seja, colaborar eficazmente para que tantas descobertas e tanto poder sobre a vida e sobre a morte sejam direcionados para criar uma nova cultura da vida. O desafio é o mesmo de sempre: construir aqui na terra uma casa onde todos se sintam filhos e filhas do mesmo Deus, e portanto, como irmãos e

irmãs, membros de uma mesma família. Assim, pregar o Evangelho da Vida neste momento significa mergulhar nesta nova realidade não como expectador, mas como ator. Dizendo mais claramente: não podemos deixar nas mãos de uma pequena elite as decisões sobre o presente e o futuro não só da humanidade, mas de toda a obra criadora de Deus. O que nos ameaça não é a biotecnologia, mas o fato de confiarmos a pequenos grupos o que toca a todos e a tudo.

Conclusão: Com certeza, estamos vivendo tempos não só interessantes, mas até fascinantes. Se fôssemos dividir a história da Criação em três momentos, talvez pudéssemos dizer que o primeiro foi aquele no qual tudo saiu fresquinho das mãos de Deus; o segundo foi aquele em que a humanidade, através da revolução industrial, tomou, efetivamente, assumiu a responsabilidade da obra criadora; o terceiro é o que estamos vivendo agora, quando não apenas tomamos nas mãos o destino daquilo que está fora de nós, mas até aquilo que se encontra no mais íntimo do nosso ser biológico. A convergência das várias ciências, sobretudo da física e da química, a convergência de todos os saberes, colocam em nossas mãos uma responsabilidade nunca vista. Por isto mesmo que nos sentimos hesitantes entre o entusiasmo e o medo.

Claro que a história da humanidade já conheceu outros momentos considerados decisivos e cheios desafios. Ao longo de dois milênios a VR sempre ajudou a fazer as grandes viradas, tanto através do seu testemunho de fé e de caridade, quanto do seu arrojo profético. Está aí o

grande desafio que, com certeza, vai despertar a muitos da sonolência da acomodação de quem fecha os olhos para não ver, fecha a boca para não falar, e não abre a boca porque não abriu a mente para poder apropriar-se dos conhecimentos. Ao longo da sua história a VR não apenas soube perceber e ler os sinais dos tempos, como soube abraçar os desafios correspondentes. Por isto mesmo, é de

se esperar que justamente na virada histórica mais importante para a vida de todos os seres ela não se faça ausente, mas que se faça presente, empunhando o Evangelho da Vida. Com isto estará recuperando seu tradicional protagonismo.

Endereço do autor:
Caixa Postal 90023
CEP: 25689-900
Petrópolis - RJ

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Veja na biblioteca de sua comunidade se existe algum livro de bioética. Caso não exista: ao que se deve essa ausência?
- 2- O que, além do presente artigo, você leu até agora sobre o assunto em questão?
- 3- Quais são as reações de sua comunidade diante dos freqüentes anúncios de descobertas sensacionais no campo da biotecnologia?
- 4- Um pouco por toda parte, mas sobretudo na área das biométricas, existem núcleos de bioética: alguém da sua comunidade participa de algum deles?

“Sem testemunho e sem profetismo a vida religiosa perde a força que lhe é própria: a força que brota da adesão decidida ao Evangelho.”

Breves notas sobre a 'nova masculinidade'

PE. MÁRCIO FABRI DOS ANJOS, CSsR

A expressão "nova masculinidade" tem aparecido em alguns textos de Vida Religiosa. O que se quer dizer com isto? Há quem imagine logo que "os homens não são mais aqueles". Estão perdidos em sua identidade. Ou quem sabe, esta seria uma referência discreta às opções homossexuais dos homens. Com isto, há quem se desagrade diante da expressão. Nestas breves anotações queremos acenar para alguns pontos que ajudem a compreender o que está acontecendo nesta área. Este assunto tem muitos aspectos polêmicos e comporta várias correntes em sua reflexão. Vamos resumir e simplificar vários tópicos, buscando colocar ao alcance de uma compreensão o mais geral possível, um assunto que às vezes aparece de forma complicada.

Começamos antecipando o que seriam nossas conclusões. Este assunto diz respeito a algo bem maior que está acontecendo na humanidade atual. Sabemos que ocorre em nossos tempos uma grande transformação cultural. Entre tantas outras repercussões ela está mudando substancialmente as atribuições das funções dos homens e das mulheres na sociedade. Muda a distribuição sexual do trabalho; mudam as tarefas reservadas a homens e mulheres na sociedade. Isso afeta as representações sexuais e as identidades masculinas e femininas. Exige gradativamente uma redefinição dos papéis e da identidade. Isto se dá na grande socie-

dade como uma grande onda cultural. Afeta portanto também as relações eclesiais e o cotidiano da Vida Religiosa.¹

Daí a expressão "nova masculinidade". Com isto se quer fazer apelo à nova identidade que os homens vão assumindo neste processo. Mais do que isto, na Vida Religiosa essa expressão pretende ser uma proposta para que os religiosos assumam construtivamente, em sua identidade sexual, as mudanças que forem necessárias nestes novos tempos, segundo o Evangelho.

Mas de fato, não são apenas os homens que passam por esse processo. As mulheres também estão dentro dele. Cabe perfeitamente falar de uma "nova feminilidade". E mesmo de uma nova feminilidade na Vida Religiosa. Mas a ênfase sobre a masculinidade teria uma razão de ser: nesta nova distribuição de papéis e identidades, os homens estariam despendendo de um monte de privilégios e de superioridades. Assim, a crise da masculinidade teria um sabor mais amargo. Seria mesmo verdade? Vale a pena conferir. Vejamos alguns tópicos mais importantes para compreender o que se passa nesta área.

Mudanças na distribuição sexual de trabalho

Em todas as culturas, as identidades sexuais aparecem de alguma forma implicadas na distribuição das tarefas e trabalhos. Fale-

¹ Algumas reflexões podem ser encontradas em âmbito de Vida Religiosa. Veja, p.ex. *Vida Religiosa masculina ¿qué dices de ti misma?* TESTIMONIO (Revista de Santiago de Chile) n. 202, marzo/abril 2004 [número monográfico].

mos de nosso contexto cultural. Ainda hoje é conhecida a expressão, que naturalmente já soa como um desafio: “lugar de mulher é na cozinha”. Por detrás desta frase está uma distribuição de funções, que se estabelece como uma concepção, e acaba funcionando como ideologia e discriminação. Formam-se os espaços reservados, constroem-se os privilégios. O resultado ficou perceptível em nossa sociedade, colocando nas mãos dos homens por exemplo a gestão pública das relações econômicas e políticas. Não que a mulher não tenha também suas atribuições e espaços de poder. Mas ficava reservado para ela ser a “rainha do lar”, como se dizia romanticamente. Seu espaço de atuação seria o privado, as relações afetivas, interpessoais.

Mas isto está mudando rapidamente. O que estaria contribuindo mais para essa transformação? Em vista de facilitar a compreensão, chamamos a atenção para apenas dois fatores: as mudanças nas formas de produção e a ênfase no indivíduo. Estes fatores vêm no bojo da modernidade e começam a atuar de forma crescente há vários séculos, explodindo com maior velocidade em nossos tempos.

Os avanços científicos aplicados às formas de produção deslocaram muito rapidamente a relação entre **corpo** e **trabalho**. Pois interpuuseram entre ambos a máquina. Com a máquina já não se requer predominantemente uma corporeidade específica para se produzir. Requer-se principalmente **saber** manejá-la. Para a produção, as máquinas não supõem sexo, mas requerem, de modo geral, o saber. Estamos assim falando de uma mudança que funciona como estopim de uma explosão de longo alcance. A sociedade se põe a reconstruir, em seu meio, a relação entre saber e produzir. E altera substancialmente neste processo a distribuição sexual de traba-

lho. O mercado de trabalho se torna menos seletivo sexualmente. As mulheres se aproximam do saber e ganham espaços públicos na produção. Conseqüentemente no poder econômico e político.

Estas observações são abreviadas, mas já incentivam a interpretação do que começamos a notar. Cresce perceptivelmente a participação política e profissional das mulheres. Há inclusive profissões antes reservadas aos homens, como as áreas jurídicas, em que as mulheres começam a ser maioria. Este processo, como dissemos, é gradativo, mas inexorável. Traz muitas repercussões. Entre tantas outras e sem querer simplificar, uma acaba sendo bastante prática: com os salários na bolsa, a conversa das mulheres com os homens ganha outra força. E a masculinidade tem que se ajustar.

A reprodução biológica

Os novos tempos trouxeram outro fator importante para a compreensão do que estamos chamando de ‘nova masculinidade’. Este fator vem junto com as formas de produção e especialmente com os avanços científicos, mas merecem um destaque. De fato, a masculinidade, de modo geral, tinha uma de suas grandes afirmações na constituição da família e na sua condução. O número de filhos aparecia como uma garantia da masculinidade e integrava o quadro do patriarcalismo.

Gradativamente se processa também aqui uma enorme transformação. Seja por motivos do alerta quanto à explosão demográfica, ou seja principalmente porque as famílias deixam de ser unidade de produção, o certo é que o número de filhos cai vertiginosamente. E os laços de dependência familiar que enfatizavam a autoridade do homem na família, se tornam bem mais

frágeis e se dissolvem mais rapidamente.

Com menos gravidezes para gestar e com mais espaços públicos de atuação e produção, as mulheres adquirem outro potencial para os diálogos e as negociações familiares. Está muito claro que hoje aumentaram as separações conjugais. Elas têm diferentes motivos, mas inegavelmente passam também por novas formas das relações de poder entre o casal. E talvez se possa dizer que, mesmo nos casos em que as separações se apresentam como iniciativa dos homens, elas revelariam uma fragilidade de quem não está se encontrando a contento nas novas relações.

Não bastasse isto, aparecem as novas biotecnologias que permitem separar a reprodução humana da própria relação gerútil. Se as mulheres eram (e ainda são) engravidadas e depois abandonadas por homens, agora as mulheres já podem de certa forma dispensar o homem para se engravidar. Já existem acenos até para construção de úteros artificiais que dispensariam a gravidez biológica da mulher. Entre estas realidades, sonhos e fantasias, balançam as bases inconscientes da identidade masculina.

Crescendo na consciência e administrando emoções

Este assunto e estas mudanças, tocam obviamente no profundo de nossas identidades e portanto também de nossas emoções. Estabelecem, além disso, um *ethos*, ou seja, uma base para nossa forma de pensar e agir, base esta que serve tanto para as convicções e procedimentos individuais como também sociais. Muitos de seus conteúdos se tornam inconscientes, mas nem por isto deixam de ser atuantes. Aqui temos um dado importante não só para entender o processo cultural que se desdobra neste assunto, mas

para entendermos também o que se passa conosco em meio a este processo.

Três aspectos merecem atenção neste ponto. O *primeiro*, é o desafio de administrar as emoções que se levantam quando percebemos que se está mexendo em santuários de nossa identidade e em bases estabelecidas de nossas práticas. A sensação é de se estar sofrendo uma agressão ou invasão. A se guiar apenas pelas emoções, a reação será de recusa, defesa e revide. Daí a necessidade de acompanhar as emoções com um *segundo* passo, ou seja, o da reflexão crítica. Trata-se de assumir, de forma consciente e analítica, o que se passa nesta área, com as mudanças e desafios correspondentes. Esta passagem para uma consciência crítica não ocorre de modo automático e por determinação de um simples querer. Especialmente porque nossos processos inconscientes têm também suas defesas. Vamos tomando consciência aos poucos, e freqüentemente também aos "trancos", isto é, com impactos emocionais. O trabalho da reflexão crítica desta forma exige um tempo de maturação. O *terceiro* passo está nas novas práticas correspondentes ao processo de mudança de que falamos. Estas práticas são de âmbito individual e social ou comunitário. Elas são entremeadas com ás reflexões e emoções. Não são sempre lógicas, pois uma coisa é tecer uma teoria, outra é praticá-la, e outra ainda fundamentar criticamente as práticas que propomos ou intuímos.

Nova masculinidade e feminismo

A consideração destes aspectos leva para a pergunta: e o feminismo? É um assunto amplo que, além das práticas que o constituem, vem acompanhado de muitos estudos e aná-

lises.² O que chamamos comumente de feminismo pode ser inicialmente entendido, de modo geral, como um grande passo constituído pela tomada de consciência, elaboração crítica e práticas, tendo como um ponto de partida o lugar das mulheres nas relações sociais em todos os sentidos. Não é integrado exclusivamente por mulheres, embora a atuação destas fique mais em evidência. Mas se dá como resultado de uma consciência crescente sobre a necessidade de desconstruir e reconstruir as atribuições dadas às mulheres e aos homens, em sua grande rede de relações. Mulheres e homens estão aqui implicados. Reagem de formas variáveis entre si, tanto elas como eles. Pois variam as experiências pessoais e comunitárias, como também variável é a qualidade da consciência que as pessoas têm dos problemas.

Não se podia nem se pode esperar que uma reconstrução de proporção tão grande se faça tão rápido, com coerência e clareza. E que também se faça sempre de uma forma agradável, quando se trata exatamente de mexer em pontos em que há desconforto e se percebem estruturas de injustiça. E além disso se sabe que deslocar sociologicamente grupos estabelecidos em suas posições implica em tensões e contraposições. Assim, é preciso a gente se dar um tempo para elaborar tudo isto.

Várias fases têm sido identificadas nesse processo. A reivindicação de condições de trabalho, funções e lugares sociais, autonomia nas decisões pessoais e na administração pública para as mulheres, são alguns pontos que têm se levantado como bandeira e como objetivos de movimentos. Em certos momen-

tos a polarização maior se colocou em um confronto entre *feminismo x machismo*. Hoje, embora persistam as polarizações, com suas razões de ser, sugere-se colocar as questões em termos de *gênero*. Busca-se com isto um paradigma que atravesse toda a rede de relações humanas, e permita levar em conta a reciprocidade e mutualidade entre as diferentes identidades sexuais.

Um desafio e um sorriso da cultura

E a nova masculinidade e os homens no meio desse processo? Como se percebe, não se trata de mexer só com os homens. Também a identidade da mulher se reconstrói. Há obviamente uma nova feminilidade emergente. Existem mulheres que se assustam e se desassossegam diante dessa nova feminilidade. Mas o desconforto maior se compreende que seja dos homens, pois são eles que experimentam uma carga maior de crítica aos privilégios e acomodações. Daí, um motivo a mais para os homens participarem também do processo crítico, administrando suas emoções e contribuindo com suas ponderações e análises. De resto, o processo cultural como que sorri diante de nossas emocionalidades atuais, e vai levando as novas gerações a fazerem novas sínteses. No conjunto pode ser periférico, mas não deixa de ser sintomático notar que bem rapidinho os homens estão aprendendo a usar brincos e a passar um esmalte incolor nas unhas.

A este ponto vale entrar com uma anotação sobre o trato que se dá ao corpo atualmente. Antes de qualquer outra observação, fique claro que não estamos esquecendo as

² Veja p.ex. MUNHOZ, Alzira. *Feminismo e Evangelização: interpelações e perspectivas*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Teologia N.Sra. Assunção, 2000.

marcas da violência nos corpos das pessoas pobres, desqualificadas pela fome e pela falta de condições fundamentais à saúde e bem-estar. O assunto aqui está restrito às novas tendências de cultivo ao corpo masculino. Mencionamos o uso de brincos, *piercings*, mas se pode lembrar também a musculação nas academias, os cortes de cabelo, as tatuagens, as formas de vestir, e semelhantes.

As análises sobre a corporeidade mereceram a atenção do congresso da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER),³ e isto por si já mostra como se trata de um assunto denso e atual. Falando de modo geral, este novo trato que os homens dão à corporeidade resulta em grande parte da reconstrução da identidade masculina em meio às mudanças mencionadas. Os meios de comunicação de massa e os interesses econômicos na venda de produtos e serviços se encarregam em dar ressonância e reforçar estas tendências. Estas expressões são às vezes interpretadas como tendências homossexuais. Mas é algo bem distinto da questão homossexual, embora as pessoas homossexuais também possam se valer destes novos espaços da corporeidade para expressar suas identidades.

Igreja e Vida Religiosa também experimentam a "nova masculinidade"?

As questões da 'nova masculinidade' aparecem, como vimos, no bojo de grandes transformações sociais e culturais. Desta forma, não há como a Igreja e a Vida Religiosa se isolarem de suas interrogações e de suas novas práticas. Esta movimentação

cultural já se mostrou quando os tempos conciliares da década de 60 trouxeram alternativas para o hábito e a batina. Novo trato se deu ao "visual" e obviamente à corporeidade. Entretanto, o fato fundamental plantado pelo Concílio foi a valorização das realidades humanas e da experiência que dela temos. Abria-se um horizonte para superar as negações que pesavam sobre a corporeidade. A este ponto, mais do que uma 'nova masculinidade' emergiu uma *nova feminilidade* na Igreja e na Vida Religiosa, pois era sobre a mulher que pesavam as maiores repressões. Começando pelas aparências, sabemos como as freiras foram mudando seus hábitos, adotando gradativamente os penteados, vestidos, e chegando aos brincos e batons. Hoje já estamos acostumados. Mas muito mais do que isto, cresce a consciência crítica quanto à identidade da freira como mulher, em sua subjetividade, na sua forma específica de ser e de ocupar os espaços sociais e eclesiais.

Houve assim uma perceptível caminhada passando da descoberta do "feminino" para as questões de gênero. Os escritos na Vida Religiosa foram expressivos nestas décadas. "Pelos títulos identificamos em *Convergência* um total de 42 textos, sendo na década de 1970: 16 artigos; na década de 1980: 14 artigos; e nos anos '90: 12 artigos. Destes textos, 32 foram escritos por mulheres, 7 por homens, e 3 aparecem anônimos. Em *Grande Sinal*, identificamos curiosamente o mesmo número de 42 textos, sendo que 26 são escritos por mulheres, 15 por homens e 1 pela CNBB."⁴

³ Realizado em julho de 2004, em Belo Horizonte-MG.

⁴ ANJOS, M. Fabri; GOMES, Rogério. Escritos de Vida Religiosa no Brasil: Retrospectiva bibliográfica em *Convergência* e *Grande Sinal*. IN: EQUIPE DE REFLEXÃO TEOLÓGICA. *Caminhos de vida: a reflexão teológica na trajetória da CRB*. São Paulo: Paulinas 2004, p. 195-206.

Ocorre na Igreja o que se passa na grande sociedade. A reflexão crítica, que daí advém, examina lugares estabelecidos nas práticas da Igreja e da Vida Religiosa. Vão se percebendo os pontos em que as mulheres são discriminadas. A participação nos espaços de decisão e de poder é um ponto que pega forte. Discriminação econômica no reconhecimento dos serviços prestados, na distribuição de tarefas e funções e assim por diante.

A consciência crítica neste assunto chega para questionar também a própria formulação da teologia e as bases estruturais da Igreja. Chamam a atenção as formulações masculinas da teologia e da estruturação do poder na Igreja. Neste ponto aparece a pergunta porque as mulheres não têm acesso ao sacramento da Ordem. Esta certamente nem é a pergunta mais importante no caso, mas se torna uma questão emblemática para lembrar tantas outras. No Sínodo para as Américas uma representante das religiosas norte-americanas sugeria que se o poder de *santificar* ficava reservado aos homens na Igreja, pelo menos o poder de *ensinar* e de *governar* pudesse ser mais compartilhado com as mulheres.

Como dizíamos, teorias e práticas se entrelaçam. Apareceram de um lado reivindicações que foram vistas como exageradas e extremadas. O Magistério da Igreja tem se pronunciado sobre o assunto subsidiando, por um lado a reflexão e definindo, por outro, alguns pontos disciplinares e certas fronteiras dogmáticas.⁵ Não cabe

neste momento nos adentrar nas questões, nem falar sobre o mérito de seus encaminhamentos, pois aqui se trata apenas de dar uma idéia sobre a chamada 'nova masculinidade' na Vida Religiosa.

Um processo irreversível

Esse é exatamente o contexto da 'nova masculinidade'. Na medida em que se levanta nova compreensão sobre a mulher e se lançam novas direções para seu lugar na rede de relações eclesiais e de Vida Religiosa, automaticamente se mexe nas identidades das religiosas e dos religiosos de modo geral. As mudanças na identidade masculina estão pintando, como se diz popularmente. É só se dar chance de perceber. É um processo de qualidade variável entre as pessoas e grupos, pois este processo é acompanhado de emoções, acertos e desacertos nas críticas e propostas; a consciência crítica dos indivíduos avança em formas desiguais; as fundamentações e propostas se aceitam ou se colocam também em graus diferentes. Mas junto com isto se deve dizer que é um processo irreversível, mesmo que não saibamos exatamente aonde vamos chegar com ele. Pois se trata de uma movimentação cultural de âmbito mundial.

Os homens na Vida Religiosa não deixam de se alimentar da imagem de homem que se processa na sociedade. Por isto, de forma consciente ou inconsciente, participam também de suas crises e de suas afirmações. Mais ou menos rapidamente assimilam alguns novos padrões de pensamento e comportamento. A

⁵ Veja especialmente JOÃO PAULO II. Carta apost. *Mulieris dignitatem* (15 de Agosto de 1988): AAS 80 (1988), 1653-1729; *Carta às famílias* (2 de Fevereiro de 1994): AAS 86 (1994), 868-925; *Carta às mulheres* (29 de Junho de 1995): AAS 87 (1995), 803-812; Carta apost. *Ordinatio sacerdotalis* (22 de Maio de 1994): AAS 86 (1994), 545-548; Congregação para a Doutrina da Fé, Resposta à dúvida sobre a doutrina da Carta apostólica *Ordinatio sacerdotalis* (28 de Outubro de 1995): AAS 87 (1995); Idem. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo* (31 de Maio de 2004).

começar pela estética, os religiosos também vieram aprimorando sua forma de vestir e de apresentar seu visual. Aqui e ali conhecem os perfumes e até um esmaltezinho incolor nas unhas. Mas passando às formas relacionais, redistribuição do poder e de funções, também estão assimilando várias adequações. Caso contrário não teríamos atualmente uma mulher como presidente da CRB, reeleita por quase unanimidade. Diferentemente de alguns outros contextos, no Brasil a CRB congrega mulheres e homens em uma só Conferência e vem crescendo quanto às formas participativas e às questões de gênero. Distantes certamente do ideal, mas progredindo.

Como se dizia anteriormente, uma boa reflexão crítica ajuda a administrar as emoções e a transpor barreiras que vão se criando neste assunto. Acredito que em nosso meio já se superou uma primeira fase mais dolorosa que consistia nas primeiras interrogações e manifestações de inconformidade. O processo em nosso meio tem sido de certa forma sem grandes tensões e praticamente ameno. Mas que isto não signifique desistência ou acomodação em entrar de forma consciente e crítica neste processo. Importa vivê-lo buscando as perguntas e as respostas que o Espírito sempre sugere em meio aos sinais do tempo.

E então o que fazer?

Em época de grandes mudanças há pelo menos duas atitudes importantes: a abertura para perceber o que está acontecendo e responsabilidade de assumir posições em meio ao processo. Um jovem religioso um dia me disse: "Nós já somos filhos de uma cultura da subjetividade, da imagem e do

lazer". Sua afirmação tem uma boa dose de verdade. Mas com este novo contexto verificado, vem o desafio sobre o que fazer, o que assumir, que direção dar à vida. Sem a primeira percepção estaríamos nos fechando na ingenuidade. Sem a segunda atitude, estaríamos nos entregando ao sabor dos ventos e renunciando a projetos e escolhas pelos quais damos sentido à vida.

As mudanças relacionadas com as representações sociais e identidade da mulher e do homem já estão acontecendo na sociedade e na Igreja. Até no Islamismo já começa a haver espaço para grupos feministas e para críticas e propostas nas relações de gênero. Postula-se inclusive a possibilidade de uma reinterpretação dos textos sagrados do Alcorão, o que até então vinha sendo impensável.⁶ Em nossa experiência de Brasil na América Latina, vemos estas mudanças bem avançadas em alguns pontos. Assim, quem tem medo da 'nova masculinidade' na Vida Religiosa, pode ir relativizando este medo. Pois ela está acontecendo em boas doses no cotidiano. Se não plenamente em termos de estética, pelo menos em alguns hábitos, relacionamentos, formas de pensar e de organizar. A questão mais importante se refere à qualidade ética, e para nós evangélica, destas novas representações, identidades e relações que vão se construindo.

Uma análise dos fatos certamente nos mostraria o que já se conseguiu ou o que está ainda pendente neste sentido. Mas em vez de entrar nesta análise, preferimos assinalar alguns pontos de referência que parecem importantes para nos guiar nesta busca de qualidade em meio a tal processo de mudanças. Entre tantos outros que po-

⁶ Cf. KRISTOF, Nicholas D. "Mártires, virgens e uvas". IN: Jornal OESP. 5 de Agosto de 2004, ano 125, n. 40469, p. A 19.

dem ser lembrados, sugerimos notar que:

- o assunto da 'nova masculinidade' na Vida Religiosa está implicado em uma grande mudança cultural de âmbito mundial, para cuja compreensão as ciências hoje contribuem muito;
- não se trata apenas de 'nova masculinidade', mas também de 'nova feminilidade', e que ambas se reconstruem de modo interativo;
- este processo exige um mínimo de tranquilidade emocional, pois mexe com nossas emoções ao necessariamente questionar atitudes e atribuições que desenham nossas identidades e nossas representações sócio-comunitárias, bem como os seus fundamentos; mesmo diante de pontos que pareceriam inquestionáveis, poderia pelo menos valer o ditado, "perguntar não ofende";
- os espaços dos questionamentos são ao mesmo tempo sociais, eclesiais e comunitários; e têm endereçamentos teóricos e práticos;
- em tempos de reformulação, as críticas e propostas vão amadurecendo no processo, e por isto não se pode exigir que apareçam prontas, acabadas e perfeitas;
- a busca do discernimento em comum é vital nestes assuntos; daí a necessidade de participação nas discussões e análise de propostas;
- os compromissos da Vida Religiosa com o Evangelho são o grande horizonte em

que se colocam os questionamentos, a busca de critérios e as propostas, de tal modo que possamos mudar com a cultura, ser gente do nosso tempo, sem perder o rumo no seguimento de Jesus;

- o compromisso que temos com o amor nos leva, neste tempo de crises antropológicas, a procurar compreender o que se passa conosco; mas também nos impulsiona a escutar com carinho e abertura o que se passa "do outro lado", na outra experiência de gênero;
- em todo este processo, não se renuncia às diferenças entre mulheres e homens, mas o que se busca são novas relações em que se garanta a reciprocidade fundada na justiça e no respeito à dignidade das pessoas em suas diferenças.

Nos tempos em que vivemos estão acontecendo muitas coisas e muito rapidamente. Há quem se assuste e se inquiete. Há quem se incomode profundamente com tantos questionamentos e mudanças. Mas há também outra forma de encarar. Perceber que é um privilégio poder participar de um processo de revisão tão grande na humanidade. E poder ser um pouco do fermento de Deus para estas mudanças que estão acontecendo.

Pe. Márcio Fabri, CSsR – Professor de Teologia em São Paulo; membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional.
Endereço do autor:
Rua Oliveira Alves, 164 – Ipiranga
04210-060 – São Paulo – SP

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- A expressão *nova masculinidade* encontra ressonância na sua comunidade? É objeto de reflexão e de debate? Por quê?
- 2- Das mudanças surgidas dessa problemática quais repercutem mais no cotidiano da sua comunidade?
- 3- Que pontos de referência lhe parecem mais importantes para orientar a busca de qualidade das pessoas e das comunidades em meio a tal processo de mudanças?

“... e disso somos testemunhas”, nesta “terra de Santa Cruz”!

FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR

Cinquenta anos da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB! Jubileu de ouro! Tempo de recordação, tempo de revisão, tempo de “refundação” (explicitar sempre de novo os *mesmos* fundamentos, voltar sempre às *mesmas* fontes da vida cristã – da vida religiosa, da congregação, instituto...). Tempo de festa, de celebração – ainda que em luto. Afinal, se a dor e o luto são vividos, na fé, em alegria e esperança pascais; a alegria e a festa devem ser vividas, na fé, em comunhão e luto solidários com os crucificados do nosso tempo (que não falte o “ato penitencial”!). Enfim, tempo de “Testemunho, Profecia, Esperança”, como reza o lema desse jubileu – tempo de avançar (no testemunho, na profecia e na esperança) para as águas mais profundas, ameaçadoras e vivificantes, dos mares da vida nesta “terra de Santa Cruz”.

Querendo ajudar às comunidades religiosas e o conjunto da Igreja do Brasil a viver com intensidade esta festa jubilar é que abordaremos, neste artigo, a problemática do *testemunho cristão nesta “terra de Santa Cruz”*. O *testemunho* será tratado aqui não apenas como uma estratégia pastoral (eficiência, marketing/proselitismo), mas, antes de tudo, como aquilo que nos caracteriza e nos constitui cristãos: somos testemunhas da vida, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré a quem confessamos como Cristo. A “terra de Santa Cruz” in-

dica o “lugar” e a “hora” em que nós devemos ser testemunhas e dar testemunho de Jesus Cristo, empenhando, se preciso, a própria vida.

Em primeiro lugar, mostraremos que a Igreja cristã (na diversidade de seus carismas e ministérios) nasce e se constitui como igreja, precisamente, enquanto testemunha de Jesus Cristo. Em segundo lugar, veremos mais concretamente o que significa ser testemunha e dar testemunho de Jesus Cristo em uma “hora” e em um “lugar” bem concretos, recordando, solidária e agradecidamente, o testemunho de Dom Pedro Casaldàliga – religioso-bispo dos pobres. E por fim, convocaremos a CRB em seu conjunto, a cada congregação e comunidade religiosas em particular e a cada religioso e religiosa individualmente, a prosseguir, aprofundar e radicalizar o testemunho da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo nesta “terra de Santa Cruz”.

I– Uma Igreja que nasce e se constitui como testemunha de Jesus Cristo

Embora Jesus não seja o fundador da Igreja cristã, no sentido de querer explicitamente romper com a religião judaica e criar uma nova religião (institucional, jurídica e hierarquicamente estruturada), é, sem dúvida nenhuma, seu fundamento e a razão última de sua existência¹. Sem ele não haveria

¹ Cf. a propósito, KEHL, Medard. *A Igreja: Uma eclesiologia católica*. São Paulo: Loyola, 1997, 241-249; FLORISTAN, Cassiano. “Igreja”, in FLORISTAN SAMANES, Cassiano – TAMAYO-ACOSTA, Juan-José. *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999, 354-362.

igreja cristã. Ela nasce e se constitui, precisamente, enquanto *testemunha* de Jesus Cristo – sua vida, morte e ressurreição.

A caracterização da Igreja como testemunha de Jesus Cristo finca raízes nas escrituras cristãs (NT). Em Lucas, especialmente nos Atos dos Apóstolos, o testemunho aparece como a atividade apostólica por antonomásia. Segundo Rinaldo Fabris, o “tema do testemunho” constitui “uma estrutura marcante na obra de Lucas”. Ele é fundamental para se “compreender a função dos doze na concepção lucana”².

Sua relevância e importância aparecem, já, na simples constatação da diversidade de termos usados e na quantidade de vezes que são utilizados: *testemunha* (13 vezes num total de 34 vezes no NT); *testemunhar* (11 vezes); *testemunho* (3 vezes)³. Mas só se revelam plenamente quando são percebidos e compreendidos no sentido próprio e específico que Lucas lhes confere. Apenas Lucas, entre os sinópticos (Mt, Mc, Lc), desenvolve esta temática em *sentido cristão*: “O testemunho cristão diz respeito aos acontecimentos da história de Jesus, em particular a sua morte e ressurreição”⁴.

Este *sentido cristão* do testemunho que

caracteriza a Igreja no *corpus lucanum* aparece, de um modo todo especial, nos chamados discursos missionários de Pedro e Paulo nos Atos dos Apóstolos (2,16-22; 3,12-26; 10,34-43; 13,16-41; 14,15-17; 17,22-31)⁵. Estruturados, provavelmente, segundo “os esquemas das antigas prédicas ou do enredo da catequese cristã de Antioquia ou de alguma outra Igreja local”⁶, estes discursos constituem um verdadeiro “resumo do *querigma* apostólico primitivo”⁷.

Sem nos atermos à análise da estrutura, da linguagem, do contexto e da especificidade de cada um destes discursos, gostaríamos apenas de reconstituir, com Fabris, o “esquema fundamental” que, “com pequenas variações ocasionais”, repete-se em cada um, para, em seguida, desenvolvermos de uma forma mais teológica e sistemática a identidade eclesial a partir do testemunho.

De um modo geral, estes discursos estão estruturados em três “partes” fundamentais: Uma *introdução* que relaciona os ouvintes e a situação que justifica a intervenção do pregador; a *parte central* do discurso – proclamação da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo; e o *convite final* à fé e à con-

² FABRIS, Rinaldo. *Os Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Loyola, 1991, 171.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Cf. *Ibidem*, 169; MAZZAROLLO, Isidoro. *Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Loyola, 93. O fato do sentido cristão que caracteriza o testemunho apostólico não aparecer tão explicitamente no discurso de Paulo no Areópago (17, 22-34) e, sobretudo, no discurso em Listra (14, 15-17), justifica-se por se tratar do testemunho cristão no mundo de cultura grega e de religiosidade “pagã”. Não se trata de uma negação ou desvio do sentido cristão do testemunho, mas, antes, de um método ou caminho exigido pelo novo contexto onde o evangelho deve ser testemunhado. Cf. a propósito, o comentário de Rinaldo Fabris sobre ambos os discursos (FABRIS, Rinaldo. *Op. cit.*, 327-336 e 264-268, respectivamente).

⁶ *Ibidem*, 176.

⁷ RICHARD, Pablo. *O movimento de Jesus depois da ressurreição: Uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1999, 98.

versão. "Pode-se logo observar o movimento circular seguido pelo discurso; parte-se do presente, a situação dos ouvintes; remonta-se à história imediatamente precedente de Jesus morto e ressuscitado [...], tendo-se como pano de fundo a grande história bíblica vista como promessa realizada em Jesus; e, no fim, retorna-se ao presente, com o apelo à decisão eficaz"⁸.

A parte central dos discursos explicita o caráter e o sentido cristãos do testemunho que caracteriza e constitui a Igreja: Ela é testemunha da vida, morte e ressurreição de Jesus. Tomemos, a modo de exemplo, o discurso de Pedro no contexto de Pentecostes (2,14-40): "Jesus de Nazaré foi um homem acreditado por Deus diante de vós com os milagres, prodígios e sinais que Deus realizou por meio dele" (22), "vós crucificastes [...]" e o matastes" (23), "mas Deus [...] o ressuscitou" (24) e "todos nós somos testemunhas disso" (32).

De modo que o testemunho que caracteriza e constitui a Igreja cristã, na perspectiva lucana, diz respeito à vida, morte e ressurreição de Jesus. Consideremos brevemente cada um desses elementos do testemunho cristão:

1. Antes de tudo, a *vida concreta de Jesus de Nazaré*, o ungido pelo Espírito "que passou fazendo bem e curando todos os que estavam possuídos pelo diabo" (10,38). Ao lermos as escrituras cristãs – confissão de fé das primeiras comunidades –, somos imediatamente confrontados com a bondade e misericórdia de Jesus para com os pobres, os órfãos, as viúvas e os estrangeiros. Por mais comum e "natural" (e não "sobrena-

tural") que pareça, Jesus aparece, em primeiro lugar, como uma pessoa boa, misericordiosa, justa: curou muitos doentes (cegos, surdos, coxos, leprosos...), libertou muitas pessoas do poder dos espíritos maus, acolheu "pecadores" (publicanos, prostituta, fariseus, samaritana...), sentou-se à mesa e comeu com pecadores e desprezados... E fez tudo isso em nome de Deus. Mais: reconheceu nessas práticas a ação mesma de Deus; a proximidade de seu reinado.

À pergunta dos discípulos do Batista – "És tu aquele que deveria vir, ou temos de esperar outro?" (Lc 7,19), Jesus "responde": "Ides informar a João sobre o que viste e ouvistes: cegos recuperam a vista, coxos caminham, leprosos ficam limpos, surdos ouvem, mortos ressuscitam, pobres recebem a boa notícia. E feliz aquele que não tropeça por minha causa" (22s). O reinado de Deus chega, precisamente, nessas práticas. E chega como bondade e justiça de Deus para os pobres. Ele constitui o centro da vida e da missão de Jesus. A causa fundamental da sua existência. Sua razão última de ser. Jesus vive em função desse reinado de Deus. Sua entrega e identificação com ele é tamanha, que Orígenes chega a afirmar que Jesus é o reinado de Deus em pessoa (*autobasiléia*). O reinado de Deus diz do seu poder de reinar, da sua autoridade, da sua soberania. "Sua marca principal é que Deus está realizando o ideal de justiça que sempre se esperava do rei, mas nunca realizado na terra": proteção aos desamparados, fracos e pobres, às viúvas e aos órfãos⁹. Afirmar que Jesus é o reinado de Deus em pessoa é afirmar que em sua vida a soberania e

⁸ FABRIS, Rinaldo. *Op. cit.*, 177.

⁹ JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1977, 154.

a realeza de Deus – sua justiça, sempre parcial – tornou-se realidade. Nela, Deus passou por este mundo: “Um grande profeta surgiu entre nós; Deus se preocupou com seu povo” (Lc 7,16).

Ser testemunha da vida de Jesus é, portanto, ser testemunha de sua entrega e serviço aos pobres. Numa palavra, é ser testemunha do reino de Deus!

2. Esse Jesus que “passou fazendo o bem” (At 10,38), que anunciou e efetivou/aproximou a realeza de Deus (seu reinado) em sua própria vida foi *crucificado e assassinado*, precisamente, por causa de sua vida. Sua morte não foi fruto do acaso nem do destino, mas conseqüência de seu modo de vida. Ele (seu modo de vida) “representou uma ameaça radical ao poder religioso de seu tempo, e indiretamente a todo poder opressor”¹⁰ e este reagiu.

Embora Jesus tenha sido condenado por autoridades políticas – “Jesus morreu crucificado como malfeitor político e morreu com um tipo de morte que só o poder político, os romanos, podiam dar”¹¹ – e sua morte tenha sérias e importantes razões políticas (Cf. Lc 23,2); ela não pode ser reduzida a um crime político. Ela tem razões e conseqüências religiosas. Ao relativizar a lei e o templo – acolhendo e servindo às mulheres, às crianças, aos leprosos, aos estrangeiros..., curando em dia de sábado...; e proclamando isso como “o ano da graça do Senhor” – Jesus não apenas “rompe” (no sentido de relativizar) com a lei e o templo e incita outras pessoas a fazerem o mesmo, mas confronta a instância ou o

critério último de legitimação da vida de Israel. Ao chamar a Deus de *Abba* e ao compreender o seu *reinado* como anúncio da boa notícia aos pobres, da liberdade aos cativos, da visão aos cegos e como libertação dos oprimidos (Cf. Lc 4,18s), Jesus não só deslegitima uma determinada prática religiosa, mas apresenta a proximidade do reinado de Deus como a condição de possibilidade de acesso a Deus. Está, pois, em jogo duas percepções e duas formas específicas de se relacionar com Deus. “A necessidade de matar Jesus é, portanto, de ordem superior”¹²: é preciso escolher entre o Deus de Jesus e o deus de Pilatos e das autoridades judaicas.

Ser testemunha da morte de Jesus é ser testemunha de sua fidelidade ao *Abba* e seu *reinado* até às últimas conseqüências e ser testemunha da rejeição e oposição dos poderes deste mundo (político e religioso) ao *Abba* e seu *reinado* em favor dos pobres. Numa palavra, ser testemunha da morte de Jesus é ser testemunha da acolhida e da rejeição ao reinado de Deus – dos aliados e dos inimigos de Deus na instauração de seu reinado.

3. Mas a este Jesus que “passou fazendo o bem” e que, por isso, foi assassinado, “Deus o ressuscitou”. Assim como não é possível compreender a morte de Jesus senão a partir de sua vida em prol do reinado de Deus (como uma conseqüência direta e imediata), também não é possível compreender sua ressurreição senão a partir de sua vida e de sua morte. Quando os primeiros cristãos cantavam a exaltação de Jesus,

¹⁰ SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador: A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996, 288.

¹¹ *Ibidem*, 303.

¹² *Ibidem*, 307.

cantavam-na como consequência de sua fidelidade: Ele "se esvaziou de si e tomou a condição de escravo [...], humilhou-se, tornou-se obediente até à morte, morte de cruz. Por isso, Deus o exaltou e lhe concedeu um título superior a todo título..." (Fl 2,6-11). A exaltação de Jesus está, portanto, diretamente vinculada à sua fidelidade ao *Abba* e seu reinado ("por isso...").

A ressurreição foi o grande SIM de Deus a Jesus de Nazaré. Ele estava certo! É Deus mesmo quem o confirma ao ressuscitá-lo. Por sua bondade, misericórdia e justiça para com os pobres, revelou o rosto de Deus – *Abba* – e se tornou mediador de seu reinado. Enquanto revelador de Deus e mediador do seu reinado, tornou-se um com Deus, participante da vida e da condição divinas. Vive eternamente (Jo 17,3)!

Ao mesmo tempo em que a ressurreição é a confirmação de Jesus – de sua vida vivida na fidelidade até à morte –, por parte de Deus, é fonte de esperança para os pobres e para todas as vítimas do anti-reino. Seja pelo que tem de revelação da parcialidade e justiça de Deus – Ele está do lado das vítimas e faz justiça a um crucificado –; seja pelo que tem de triunfo sobre a injustiça e a morte – os verdugos não têm a última palavra! –; seja, enfim, pela dinâmica de vida que gera – a práxis do reino como mediação da comunhão com Deus¹³. Ao confirmar Jesus, Deus o confirma, portanto, em sua bondade, misericórdia e justiça para com os pobres. E isso é motivo de alegria (boa nova, evangelho!) e de espe-

rança (Deus está do seu lado e vai fazer-lhe justiça) para os pobres.

Ser testemunha da ressurreição de Jesus é ser testemunha de sua radical comunhão com o *Abba* – comunhão que nem a morte destrói, e ser testemunha da bondade, misericórdia e justiça do *Abba*. É ser testemunha de que por sua bondade, misericórdia e justiça, Jesus tomou parte na vida do Deus que é bondade, misericórdia e justiça. E foi constituído Cristo, Senhor, "juiz dos vivos e dos mortos" (At 10,42). É, enfim, ser testemunha da esperança última e definitiva dos crucificados deste mundo.

4. É desta vida, desta morte e desta ressurreição que a Igreja cristã é testemunha e dá testemunho: "*Todos nós somos testemunhas disso*" (At 2,32)! Conforme temos insistido desde o início de nossa reflexão, o testemunho da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo não é algo secundário ou meramente instrumental na vida cristã. É, antes, aquilo que nos caracteriza e nos constitui cristãos, Igreja. Até aqui nos detivemos no "conteúdo" do testemunho cristão, na realidade que deve ser testemunhada pela Igreja ou, na linguagem de Jon Sobrino, no aspecto "objetivo" do testemunho cristão (testemunho de *algo*, em favor ou contra *algo*). Agora queremos abordar o ato ou a ação de testemunhar, o aspecto "subjetivo" do testemunho cristão, diria Sobrino (o *como* do testemunho)¹⁴.

No nível mais básico e elementar, "testemunhar significa relatar o que se viu e ouviu"¹⁵, informar sobre acontecimentos,

¹³ Cf. IDEM. *A fé em Jesus Cristo: Ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 2000, 127-152 e 59-87, respectivamente.

¹⁴ IDEM. "O testemunho da Igreja na América Latina: Entre a vida e a morte", in *Ressurreição da verdadeira Igreja: Os pobres, lugar teológico da eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1982, 167-198.

¹⁵ LATOURELLE, René. "Testemunho", in LATOURELLE, René e FISICHELLA, Rino. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes, 1994, 995-1008, aqui 995.

pessoas ou fatos conhecidos pela testemunha. Isso acontece tanto informalmente, nas relações inter-pessoais e grupais do dia-a-dia, quanto formalmente, nos processos judiciais. Em ambos os casos, "a palavra da testemunha torna-se para quem não viu ou ouviu um substitutivo da própria experiência"¹⁶.

Mas na medida em que o testemunho tem implicações e conseqüências sobre a vida de pessoas, grupos, instituições... (é um relato em vista de um juízo, um relato que provoca tomada de postura, de decisão, enfim, um relato que tem conseqüências), mais que um "fato mental" (informação, relato), constitui-se como um "fato moral" (declaração contra ou a favor de algo ou alguém). "Não se trata mais somente de descrever, como faria um jornalista, mas de a pessoa comprometer-se a si mesma e emitir um juízo de valor"¹⁷. E aqui chegamos a um segundo nível do testemunho: ao testemunhar, a testemunha se empenha totalmente. "Sua palavra é auto-empenhativa"¹⁸, é comprometedora. Nela, está em jogo a dignidade, a autoridade e a credibilidade da testemunha (é a "palavra de homem" do sertão nordestino, purificada de sua carga machista).

Num contexto de conflito acirrado, de hostilidade..., o testemunho (precisamente por suas conseqüências) pode ter como "preço" a própria vida da testemunha. E aqui chegamos ao terceiro nível do testemunho: o martírio - plenitude do testemunho! O sangue derramado torna-se a

última expressão da veracidade, autenticidade e, mesmo, ultimidade do testemunhado. Plagiando Dom Pedro Casaldáliga, diríamos que não existe testemunho mais forte, mais radical e mais revolucionário que "o cadáver de um mártir". Ele é sua última "palavra". Já não apenas pronuncia uma palavra a favor ou contra algo ou alguém. É, ele mesmo, a própria "palavra".

Mas, se por um lado, o testemunho se apresenta como uma "palavra" auto-empenhativa da testemunha (a favor ou contra); por outro, apresenta-se como um apelo à liberdade e à confiança de quem o recebe. Pode ser aceito ou recusado, confirmado ou negado. Mesmo que autêntico e verdadeiro, "o testemunho não tem certeza de receber o acolhimento que merece"¹⁹. É sempre uma "palavra" que apela à confiança na mesma medida e proporção em que se pretende verdadeira. "Acolher o testemunho de alguém como verdade significa confiar nele, pois significa passar da autonomia para a heteronomia, renunciar a si para entregar-se a um outro"²⁰. A relação entre testemunho e fé, e vice versa, é mais estreita do que parece.

Falando especificamente do testemunho cristão, enquanto testemunho da vida, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré (conforme comentamos acima), falamos, diretamente, de uma "palavra" sobre ele e a favor dele e, indiretamente, de uma "palavra" sobre e contra tudo o que a ele se contrapõe. Uma "palavra" comprometedora e "dita" não apenas nem em primeiro

16 *Ibidem*.

17 *Ibidem*.

18 *Ibidem*, 996.

19 *Ibidem*.

20 *Ibidem*, 997.

lugar foneticamente (Jesus disse, fez...), mas, sobretudo e fundamentalmente, "dita" existencialmente (com a própria vida, no seguimento).

É esta "palavra" ou testemunho que nos faz Igreja em qualquer tempo e lugar. Mas também é, sempre e apenas, em um *tempo e lugar concretos* que podemos ser testemunhas de Jesus Cristo – "dizer" (ser!) uma "palavra" sobre e a favor dele.

Uma abordagem sobre o testemunho cristão que se restringisse ao seu aspecto "objetivo" (a realidade que deve ser testemunhada), além de parcial, poderia cair num idealismo irrealizável historicamente que acabaria negando o testemunho naquilo que ele tem de mais próprio e fundamental: dar testemunho de... Por isso queremos nos aproximar de uma configuração histórica do testemunho cristão: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia – na América Latina, no terceiro mundo... Queremos ver como se configura o testemunho cristão em uma hora e em um lugar bem concretos.

II– Dom Pedro Casaldáliga: uma testemunha fiel de Jesus Cristo

Em sua glosa à oração do 11º Intereclesial das CEBs, Casaldáliga afirma que "a fé se vive num lugar determinado, numa região, num país, numa hora, num tempo concreto, na história real, sendo um povo com identidade, enfrentando umas situações, lutando sempre a favor da justiça e da paz e

contra os sistemas e poderes da injustiça e da morte [...]. Não podemos fugir nem da geografia nem do calendário. O mistério da Encarnação que professamos [...] devemos vivê-lo 'encarnando' nossa fé!"²¹ E é isso o que ele tem buscado insistentemente: viver a fé cristã, dar testemunho de Jesus Cristo num "lugar" e numa "hora" de latifúndio e de marginalização social.

Pedro Casaldáliga chegou à região de São Félix do Araguaia no final de julho de 1968, acompanhado de outro missionário claretiano – Manuel Luzón († 11/2003). Depois de sete dias e sete noites viajando num caminhão "acampam" no povoado São Félix. A primeira sensação é a distância: "Eu sou eu e as minhas distâncias. Não somente distâncias geográficas, mas também culturais, pastorais... Isso aqui era terra de ninguém. De repente me senti no meio de 150 mil quilômetros quadrados e com a missão de percorrer todo este território"²².

São Félix era um povoado de uns 600 habitantes. Não tinha nem correio, nem telefone, nem energia elétrica. A sede do município ficava a 700 km, em Barra do Garças. Em toda região não havia um único médico e a única professora que existia tinha apenas um ano e meio de estudo. A maioria de seus habitantes era migrante nordestino. "Era gente perdida na imensidão, gente vinda de *enxurrada*, como falam aqui", diz Casaldáliga. "Esse povo impressionou-me por sua pobreza, mas também por sua alegria [...]. Por outro lado, também tive a sensação de que era um povo dominado:

21 CASALDÁLIGA, Pedro. "Orando e Caminhando" in Secretariado Nacional do 11º Intereclesial das CEBs. *CEBs: Espiritualidade Libertadora – Seguir Jesus no compromisso com os excluídos / Texto Base*. Belo Horizonte: Lutador, 2004, 180-183, aqui, 181.

22 IDEM in ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. Campinas: Unicamp, 2000, 15.

sim senhor, sim senhora. A famosa política de *cabresto*, como dizem aqui”²³.

Mas havia muito chão a percorrer, muitos outros povoados a “acampar”... As “desobrigas” (assistência sacramental aos mais distantes rincões do sertão) foram a primeira forma de contato, descoberta e conhecimento do povo, da região, dos seus problemas...: “Nesta terra é fácil nascer e morrer; difícil é viver!”²⁴ A partir de 1971, com um número maior de colaboradores, começaram as famosas “campanhas missionárias”: a equipe permanecia três meses num determinado povoado trabalhando com alfabetização (método Paulo Freire), saúde, descoberta de lideranças, formação de comunidades, mutirões...

Na carta que escreveu ao Papa João Paulo II, em 1986, Casaldáliga descreve, brevemente, a situação do povo de sua prelazia: “Não conta até hoje com um palmo de estrada asfaltada. Só recentemente foi instalado o serviço telefônico. Frequentemente a região fica isolada ou comunicada muito precariamente por causa das chuvas e inundações que interrompem as estradas. É área de latifúndios, nacionais e multinacionais, com fazendas agropecuárias de centenas de milhares de hectares, com os empregados vivendo frequentemente em regime de violência e de semi-escravidão. Venho acompanhando a dramática vida dos indígenas, dos posseiros (lavradores sem títulos de terra) e dos peões (trabalhadores braçais do latifúndio). A população em geral, dentro da Prelazia, tem sido forçada a viver

precariamente, sem serviços adequados de educação, saúde, transporte, moradia, segurança jurídica e sobretudo sem terra garantida para trabalhar”²⁵.

É neste “chão” e nesta “hora” que ele é chamado a dar testemunho de Jesus Cristo. Mais: é neste “chão” e nesta “hora” que ele é chamado a suscitar, animar e presidir a Igreja de Jesus Cristo. Pedro Casaldáliga foi ordenado bispo no dia 23 de outubro de 1971. No convite-lembrança de sua ordenação indicava, já, claramente os rumos de seu ministério: “Tua mitra será um chapéu de palha sertanejo, o sol e o luar, a chuva e o sereno, o olhar dos pobres com quem caminhas e o olhar glorioso de Cristo, o Senhor. Teu báculo será a verdade do Evangelho e a confiança de teu povo em ti. Teu anel será a fidelidade da Nova Aliança do Deus Libertador e a fidelidade ao povo desta terra. Não terás outro escudo que a força da Esperança e a Liberdade dos filhos de Deus, nem calçarás outras luvas que o serviço do amor”. Sob sua presidência nasceia “uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, conforme o título da carta pastoral publicada por ocasião de sua ordenação episcopal.

Desde que chegou em São Félix, Pedro não fez outra coisa senão servir seu povo em suas necessidades. Salvar seu povo da opressão, da morte... Para ele, “fora da Salvação não há Igreja! Somente salvando, a Igreja é; só se salvando e salvando, se é Igreja; só se faz Igreja, à medida que se salva o mundo”²⁶. E salvação tem, aqui, um sentido muito real: “Quere-

²³ *Ibidem*, 16.

²⁴ *Ibidem*, 19.

²⁵ IDEM. *Na Procura do Reino: Antologia de textos - 1968-1988*. São Paulo: FTD, 1988, 151s.

²⁶ *Ibidem*, 141.

mos e devemos apoiar o nosso povo, pôr-nos ao seu lado, sofrer com ele e com ele agir"²⁷. Comentando a afirmação do coronel Euro Barbosa de Barros que os padres e as irmãs só devem "cuidar das almas", interroga Casaldáliga: "Onde é que estão 'as almas'? Os filhos de Deus têm corpo e alma [...]. Quem ama o seu próximo deve se preocupar com a alma e com o corpo de seu próximo. 'Tive fome, estava nu, era peregrino, estava preso...', dirá Jesus no dia do Juízo"²⁸.

Salvação da "alma" e do "corpo", dos indivíduos, mas também da sociedade! Pedro logo percebeu que "as soluções isoladas não resolvem os problemas gerais. E a esmola nunca é solução em sociologia"²⁹. Por isso, além das visitas, da acolhida, do atendimento às necessidades imediatas das pessoas..., cuidou logo da organização do povo (sindicatos, associações, movimentos...) e organizou serviços pastorais de acompanhamento e apoio às lutas do povo, especialmente dos lavradores e dos povos indígenas. A criação do Conselho Indigenista Missionário (1972) e da Comissão Pastoral da Terra (1975) é, em grande parte, fruto do trabalho de sua Igreja. Sua atuação extrapolou não apenas as fronteiras do religioso convencional ("cuidar das almas"), mas também as fronteiras de sua Igreja Particular (São Félix do Araguaia) e, mesmo, da Igreja do Brasil, estendendo-se à sofrida e resistente América Central³⁰ e às mais distantes periferias do mundo. A salvação do mundo, dos pobres do mundo... tornou-se uma verdadeira obses-

são em sua vida; a razão, a causa de sua vida e de seu ministério.

E como a salvação tem implicações políticas, "é preciso fazer política, sim senhor, e não se pode fazer religião verdadeira, sobretudo religião cristã, se não se faz também política. Tudo é política, embora a política não seja tudo. O mandamento primeiro, que afinal de contas é o único que nós, os cristãos, temos, como disse e fez o próprio Jesus até a morte, é amar-nos uns aos outros como ele nos amou, e a prova última é dar a vida, e ele disse que tinha vindo para que houvesse vida em abundância. Se não me preocupo com a terra, com a saúde, com a educação, com as comunicações e até com as férias para descansar, não estou me preocupando com a vida humana. Porque eu tenho de preocupar-me com a vida neste mundo; a vida no outro mundo é um assunto de Deus, que Ele resolverá muito bem, porque lá haverá vida, e vida em abundância, para todos. Agora nos cabe defender a vida, melhorar a vida e universalizar a vida, para todos. E se nós, a Igreja, o papa, os bispos, os padres, as freiras e todos aqueles que se consideram batizados e dentro da Igreja não fazemos política, quer dizer, não impulsionamos as conseqüências sociais, políticas e econômicas que a fé comporta, que testemunho de amor damos? Como construiremos na terra o reino de Deus? Que credibilidade terá o que fazemos e o que dizemos?"³¹.

Além de perceber que a salvação tem implicações políticas, Pedro percebeu que

²⁷ *Ibidem*, 145.

²⁸ *Ibidem*, 225s.

²⁹ *Ibidem*, 144.

³⁰ Cf. IDEM. *Nicarágua: Combate e profecia*. Edição completa, com os anexos sobre Cuba e El Salvador. Petrópolis: Vozes, 1986.

³¹ IDEM, in ESCRIBANO, Francesc. *Op. cit.*, 32.

“existe a política de uns e a política de outros”. Está de um lado significa está em conflito com o outro: “Temos dito muitas vezes que, aqui, ou você está de um lado ou do outro. Eu digo sempre que o Evangelho é para os ricos e para os pobres. É para todo mundo, mas está a favor dos pobres para que saiam de sua pobreza na medida em que seja possível, para que tenham coragem, esperança, confiança, e para que, até mesmo na pobreza, saibam viver como filhos de Deus e como irmãos. Também está a favor dos ricos, mas contra sua riqueza, contra seus privilégios, contra a possibilidade que têm de explorar, dominar e excluir. Eu posso me relacionar com os ricos, desde que diga as verdades e que não me deixe levar. Tenho dito muitas vezes que o missionário que uma vez por semana vai tomar café na casa de um rico não pode fazer opção pelos pobres [...]. Não é que eu não possa ir um dia tomar café na casa de um rico, mas, se vou lá toda semana e não acontece nada, não digo nada, não dou uma sacudida naquela casa, naquela consciência, já me vendi e já neguei minha opção pelos pobres”³².

E ele optou, decidida e definitivamente, por um lado: os pobres. E com todas as consequências (pessoais, políticas, sociais, religiosas, culturais...) que esta opção comporta. Com a radicalidade e o humor que lhe são próprios, afirma: “Eu sempre fui de esquerda, desde pequeno eu era de esquerda, mas naqueles tempos, estava proibido, e não nos deixavam escrever com a canhota. De modo que mesmo biológica-

mente, eu sou de esquerda. Depois como diz meu companheiro Milton Nascimento, naquela canção, ‘amigo é coisa de se guardar debaixo de sete chaves, do lado esquerdo do peito’. À esquerda temos o coração... Quando dizemos no credo que Jesus senta-se à direita do Pai, depende de como se olha. Lá no céu pode ser à direita, mas aqui na terra vai ser à esquerda”³³.

Estar de um lado é estar em “guerra” com o outro. Com apenas três anos na região, sua cabeça já estava à venda. Em meados de 1971, o empreiteiro da Companhia Bordam, Benedito Teodoro Soares, vulgo “Boca Quente”, além de disparar contra três peões que não estavam de acordo com o pagamento recebido, “ofereceu” ao peão Vicente de Oliveira, mil cruzeiros, um revólver 38 e uma passagem para qualquer lugar para “matar o padre Pedro”: “Ele me pediu insistentemente que o matasse e me avisou que, se eu o denunciasse, me mataria”³⁴, diz o peão à polícia. Mas as perseguições estavam apenas começando.

Na carta que escreveu ao papa em 1986, Pedro narra a perseguição que ele e sua Igreja vinham sofrendo: “Sob a ditadura militar, o governo tentou, por cinco vezes, a minha expulsão do país. Quatro vezes foi cercada a Prelazia toda por operações militares de controle e de pressão. A minha vida e a vida de vários sacerdotes e agentes de pastoral da Prelazia têm sido ameaçadas e colocadas publicamente a preço. Em várias ocasiões, esses sacerdotes, agentes de pastoral e eu mesmo fomos presos; vários deles também torturados. O pa-

³² *Ibidem*, 23.

³³ *Ibidem*, 33.

³⁴ *Apud ibidem*, 39.

dre Francisco Jentel foi preso, maltratado, condenado a dez anos de prisão, posteriormente expulso do Brasil, vindo a morrer exilado, longe de seu país de missão. O arquivado da Prelazia foi violado e saqueado pelo exército e pela polícia. O boletim da Prelazia foi editado de maneira falsificada pelos órgãos de repressão do regime e assim divulgado pela grande imprensa, para servir de peça de acusação. Ainda neste momento, três agentes de pastoral acham-se submetidos a processos judiciais, sob acusações falsas. Eu pessoalmente tive que presenciar mortes violentas, como a do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, assassinado a meu lado, pela polícia, quando os dois nos apresentamos diante da delegacia-prisão de Ribeirão Bonito, para reclamar oficialmente contra torturas a que estavam sendo submetidas duas mulheres, lavradoras, mães de família e injustamente presas. Ao longo desses anos todos, multiplicaram-se as incompreensões e calúnias dos grandes proprietários de terras, nenhum dos quais vive na região, e de outros poderosos do país e do exterior. Também dentro da própria Igreja surgiram algumas incompreensões de irmãos que desconhecem a realidade do povo e da pastoral nestas regiões afastadas e violentas, onde o povo, com freqüência, tem por ele apenas a voz daquela Igreja que tenta se colocar a seu serviço³⁵.

E os conflitos e ameaças prosseguem ainda hoje, em 2004. A luta dos índios Xavante para reconquistar suas terras é a causa dos conflitos e ameaças que Pedro e sua

Igreja têm vivido nos últimos meses. Além da ameaça de morte que pesa sobre o bispo Pedro, a Igreja de Alto Boa Vista foi pichada com frases do tipo: "bispo traidor", "queremos padres verdadeiros"...

A causa da perseguição é sempre a mesma: "Somos perseguidos porque estamos com o povo, defendendo seus direitos", afirmava Pedro em uma carta de encorajamento à sua Igreja (15/06/1973). "A Prelazia de São Félix é uma Igreja perseguida porque não quis se amasiar com o poder da política e do dinheiro. E seremos cada vez mais perseguidos porque, com a força de Deus, continuaremos do lado dos oprimidos e dos pobres [...]. Deus conosco, e nós todos unidos na oração, no sofrimento, na teimosia, vamos continuar a nossa caminhada, como aquele antigo povo de Deus caminhou pelo deserto até a terra prometida"³⁶. Afinal, como Pedro gosta de dizer, retomando um adágio de um grupo político minoritário espanhol, "somos soldados derrotados de uma batalha invencível", isto é, "mesmo que tenhamos passado por derrotas, como utópicos e como cristãos sentimos que a causa é invencível"³⁷.

Sua fidelidade e a fidelidade de sua Igreja aos pobres, por causa do Evangelho de Jesus Cristo, tomaram-se um sinal da fidelidade do Deus de Jesus aos pobres de sua região. Plagando Ignácio Ellacuría, mártir salvadoreño, ao falar de Dom Oscar Romero durante seu funeral, podemos dizer que "em Dom Pedro Casaldáliga Deus passou por esta terra". Os pobres são testemunhas desta realidade e desta verdade. Na Romaria dos Mártires da Ca-

³⁵ CASALDÁLIGA, Pedro. *Na procura do reino*, 152.

³⁶ *Ibidem*, 225.

³⁷ EDEM, *Revista das Religiões*, ed 7, (março-abril, 2004), 61.

minhada que aconteceu nos dias 14 e 15 julho de 2001, em Ribeirão Bonito, onde foi martirizado o padre João Bosco Penido Burnier, uma liderança indígena agradeceu "o grande presente que Deus deu aos índios e aos pobres da região: Dom Pedro Casaldáliga". É (presente) de Deus, vem de Deus... para os pobres, é dos pobres. Conversando com um jornalista espanhol sobre Casaldáliga, o índio tapirapé Awaetekâto' disse que "Dom Pedro tem a mesma palavra que os tapirapés. Pra nós, ele é tapirapé [...]. O Deus dele e o Deus dos tapirapés são o mesmo Deus"³⁸.

E assim tem sido a vida desse bispo tão comum e tão incomum, tão humano e tão divino: Uma vida toda entregue ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus, sempre "na procura do Reino". Pedro é uma testemunha fiel da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo nestas terras de malditas (assassinas) e santas (misericordiosas) cruces. E seu testemunho é sua própria vida: "Que minha palavra, Senhor, não seja mais que minha vida", diz em um de seus poemas.

"Se não sabeis quem sou

*Se vos desconcerta esta amálgama de
amores que cultivo;*

*uma flor para o Che, toda horta para o
Deus de Jesus.*

*Se me desvivo por abençoar uma cerca
derrubada*

e o mito de uma aldeia redivivo.

*Se tento a Deus por Nicarágua alerta,
por este continente ainda cativo.*

*Se ofereço o Pão e o Vinho em meus
altares*

sobre uma toalha de mãos populares...

Sabei: do Povo venho, ao Reino vou.

Tomai-me por latino-americano,

tomai-me simplesmente por cristão,

*se acreditais em mim e não sabeis quem
sou!"*

III– Terra de Santa Cruz, "lugar" e "hora" de testemunho da Vida Religiosa

Por "ironia do destino" (!?), o Brasil foi "batizado" pelos colonizadores como "Terra de Santa Cruz". Era 22 de abril de 1500 quando as tropas de Cabral avistaram um monte, que foi "batizado" como *Monte Pascoal*, e uma porção de Terra, a qual "batizou" de *Ilha de Vera Cruz* (pensavam que era apenas uma ilha!). Plena Semana Santa de 1500. A primeira missa celebrada nestas terras aconteceu exatamente no domingo de Páscoa, 26 de abril. No dia 1º de maio, após ter sido "erguida a cruz de Cristo em terra firme", Frei Henrique Soares "rezou" a segunda missa. No dia seguinte, a expedição de Cabral tomou o rumo das Índias à procura do que realmente interessava naquele momento (o comércio das especiarias), deixando aqui "dois degredados" portugueses. Assim nascia o que mais tarde se chamaria, por razões explicitamente comerciais (pau-brasil) – não mais travestidas de religiosas, o Brasil: Uma "nação" "cristã", "católica", nascida em plena semana santa, trazendo no nome a marca de sua identidade mais profunda, (Ilha, terra de) "Vera Cruz", e rodeada, desde o início, de "degredados" (portugueses, nativos, africanos...).

Ironias aparte, essa coincidência histó-

³⁸ In ESCRIBANO, Francesc. *Op. cit.*, 78.

rica pode nos ajudar a compreender mais profundamente nossa realidade e indicar os rumos de nossa missão cristã nestas, ainda hoje, terras de santa cruz.

A *Vera Cruz* é, antes de tudo, expressão do verdadeiro pecado. Nas palavras de Dom Oscar Romero: "Pecado é aquilo que deu morte ao Filho de Deus e pecado continua sendo aquilo que dá morte aos filhos de Deus"³⁹. São muitos os crucificados de nossa terra. Muitas são suas cruzes e diversas suas formas de crucificação. Os gemidos e choros dos "degradados filhos de Eva" têm feito de nossa terra um verdadeiro "vale de lágrimas". A *Vera Cruz* é, portanto, expressão da "Vera Dor", do "Vero Sofrimento" e da "Vera Morte" dos pobres desta terra. Por isso, ela é, verdadeiramente, "Terra de Vera Cruz".

Mas a *Vera Cruz* é também expressão do verdadeiro amor, da verdadeira entrega, do verdadeiro serviço. Amor, entrega, serviço... apesar de e, mesmo, na *Vera Cruz*. São tantas as experiências e as expressões de bondade, de solidariedade, de partilha, de luta... São tantas as vidas completamente doadas: Zumbi, Marçal, Margarida, Jozimo, Ezequiel, Santo Dias, João Bosco, Frei Tito, Dorcelina... Tudo isso tem feito de nossa terra, apesar de tudo e até contra tudo, uma *Terra de Santa Cruz*. Uma terra que vive em comunhão com o Santo, que vive n'Aquele e d'Aquele que ao entregar-se - é meu corpo e meu sangue pra vocês -, tornou-se fonte de vida para as vítimas da *Vera Cruz*. Uma terra em que a *Vera Cruz* se torna lugar e ocasião da *Santa Cruz*.

É nesta *Terra de Vera e Santa Cruz* que somos chamados a ser testemunhas e a dar

testemunho da vida, morte e ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo. É entre os degradados desta terra, do seu lado e a seu serviço que, como Pedro Casaldáliga e tantos e tantas, somos chamados a ser cristãos, a ser Igreja de Jesus Cristo.

A celebração do jubileu de ouro da CRB, para além de comemoração dos sucessos, de agradecimentos..., deve ser ocasião de confirmação e afirmação do testemunho cristão na vida de cada religioso/a, comunidade, congregação, ordem, instituto... e, mesmo, da CRB no seu conjunto e enquanto instituição eclesial.

O Brasil, *Terra de Santa Cruz*, continua sendo "lugar" e "hora" de testemunho cristão - *testemunho do mistério da Santa Cruz*. Os pobres continuam sendo a maioria nesta terra e continuam sendo os destinatários privilegiados do reinado de Deus e da missão da Igreja de Jesus Cristo; não são passado (foi, era...) nem na sociedade brasileira nem na fé cristã. O serviço, a solidariedade, a justiça... não são resquícios de um mundo que passou. O neoliberalismo não tem a última palavra! A inserção no meio dos pobres pode estar fora de moda, mas nem por isso deixa de ser exigência e urgência evangélicas. A diversidade, a comunhão, a superação dos conflitos, a ecologia, o holismo... são valores e práticas a serem vividos, mas não podem ofuscar os conflitos nem desobrigar-nos da parcialidade pelos pobres.

Enquanto Igreja de Jesus Cristo, somos suas testemunhas. De nosso testemunho depende, em grande parte, a adesão ou rejeição a ele, o prosseguimento ou não de sua missão, enfim, a vida e a esperança ou

³⁹ ROMERO, Mons. Oscar. *Su Pensamiento* - VIII. San Salvador: Critério, 2000, 231.

a morte dos pobres desta terra e deste mundo. É muita responsabilidade! Nisso e por isso somos e seremos julgados (individual, comunitária e institucionalmente) por Deus no tribunal dos pobres! Eles são, no Juiz, nossos juizes e senhores. São prova de fogo de nosso testemunho cristão que é, sempre, de alguma forma, testemunho a favor ou contra os pobres deste mundo (Mt 25, 31-46).

A modo de conclusão

A reflexão sobre o testemunho cristão, pela natureza e pela estrutura mesma do testemunho, é extremamente comprometedor. Exige de nós tomada de posição, contra ou a favor, frente ao testemunho dado pelos nossos antepassados na fé. Tomada de posição que é, já, em si mesma, testemunho contra ou a favor.

Qualquer reflexão sobre o testemunho é, em última instância, um apelo, uma convocação ao testemunho. Por isso, nada melhor

que concluir nossa reflexão sobre o testemunho cristão, nos 50 anos da CRB, com uma convocação carregada de profecia, poesia, radicalidade, autoridade, fidelidade... de uma testemunha fiel, Pedro Casaldáliga: "Certamente a vida religiosa deve ser cada vez mais testemunho de alternatividade, de radicalidade evangélica, de diaconia de compaixão e esperança. Deve ser a vida religiosa sempre mais uma profecia diária dentro da Igreja e na sociedade, com uma grande abertura ecumênica e macroecumênica, na fronteira das causas humanas e na periferia da marginalização... Contando muito, pela contemplação, com o Espírito do Crucificado Ressuscitado".

Francisco de Aquino Júnior é mestre em teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte - MG; professor de teologia no Instituto Teológico Pastoral do Ceará; presbítero e membro da CPT da Diocese de Limoeiro do Norte - CE.

Endereço do autor:

Caixa Postal 27

62930-000 Limoeiro do Norte - CE

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1- Para você, o que supõe assumir hoje pessoal e comunitariamente o compromisso de ser testemunhas da vida, morte e ressurreição de Jesus, como descrito nos textos lucanos?
- 2- Na sua opinião, que aspectos do testemunho de D. Pedro Casaldáliga podem inspirar mais o testemunho da Vida Religiosa hoje?
- 3- No seu contexto, quais são os principais desafios que a realidade sócio-econômica, política e cultural do Brasil hoje está colocando para a Vida Religiosa?

Medicina alternativa versus medicina convencional: balanço de um confronto crítico.

JOSÉ ROQUE JUNGES, SJ

Introdução

O uso de terapias alternativas para superar disfunções e desfrutar de uma melhor qualidade de vida estão na ordem do dia. As pessoas procuram, sempre mais, profissionais não convencionais para fazer frente à doença e gozar de uma saúde mais integral. Existe uma variedade de métodos alternativos, alguns amplamente reconhecidos e outros com eficácia duvidosa. Eles vão desde a *Acupuntura Chinesa* (aplicação de agulhas em pontos nervosos), *Homeopatia Hahnemanniana* (Samuel Hahnemann foi o fundador da homeopatia), *Fitoterapia* (cura através dos vegetais), *Naturopatia* (cura por meio da volta à natureza) passando pela *Reflexologia plantar* (terapia sobre a planta dos pés), *Auriculoterapia* (terapia sobre o pavilhão auricular), *Quiropraxia* (pressões manuais sobre músculos e articulações para restabelecer a energia nervosa do corpo); *Shiatsu* (atua sobre pontos do corpo com a pressão dos dedos), *Iridologia* (diagnóstico a partir da íris do olho), *Cromoterapia* (cura a partir dos efeitos produzidos pelas cores), *Aromaterapia* (efeitos através da inalação de aromas de óleos vegetais), *Florais* (essências florais dissolvidas em conhaque), *Radiestesia* (terapia baseada nas vibrações), *Reiki* (cura a partir da energia do universo), até chegar a *Urinoterapia* (manipula-

ção da própria urina como terapia). A eficácia de algumas terapias tem comprovação científica e aceitação pública, outras necessitam de uma prova mais aprimorada dos seus efeitos benéficos, outras, ainda, dependem da pura crença e adesão pessoal, abrindo caminho para a manipulação e o charlatanismo (BRATMAN 1998; LEONARDO 1999; SOALHEIRO 2004).

Como explicar essa proliferação de terapias alternativas em relação àquelas convencionais da medicina institucionalizada. Certamente aponta para uma crise das terapias usadas pela medicina oficial e cientificamente reconhecida. A gradativa tecnificação do exercício médico afasta o profissional do paciente devido a um encarecimento e a uma mecanização das terapias. Esse fato ocasiona dificuldades no seu acesso, devido à falta de recursos ou desconfiança sobre sua eficácia por causa dos efeitos colaterais dos remédios recomendados e da falta de empatia por parte do médico. O enfermo tem dificuldade de sentir o vínculo e a respectiva atitude de cuidado por parte do médico. As terapias alternativas, ao contrário, caracterizam-se pelo uso de meios baratos e, principalmente, por métodos não invasivos e tóxicos, fundados numa visão mais integral da saúde. Por outro lado, os profissionais não convencionais demonstram, em geral, mais

empatia e atenção para a situação particular do enfermo. O confronto crítico entre as terapias alternativas e as convencionais pode ser explicado pelo paradigma de medicina que socialmente se impôs no ocidente e pela visão de saúde subjacente a esse paradigma.

1. Paradigma clínico de medicina

Michel Foucault (1977) interpretou, de uma maneira magistral, o significado do surgimento da medicina científica no início do século XIX e do conseqüente poder social que o médico foi investido. A medicina criticou o seu passado e especificou a sua identidade como clínica. Como caracterizar essa transformação fundamental na organização do conhecimento médico e de sua prática? Foucault procura responder a essa questão demonstrando que a ruptura que se processou no saber médico não é devida basicamente a um refinamento conceitual nem à utilização de instrumentos técnicos mais potentes, mas a uma mudança ao nível de seus objetos, conceitos e métodos. O novo tipo de configuração que caracteriza a medicina moderna implica o surgimento de novas formas de conhecimentos e novas práticas institucionais.

A clínica é, ao mesmo tempo, um novo recorte das coisas e o princípio de sua articulação em uma linguagem. Nesse sentido, ela é uma nova maneira de perceber os fenômenos no corpo e uma nova maneira de enunciá-los. Trata-se de um sistema de reorganização do saber e da prática médica. Isso se nota simplesmente na pergunta que, no século XVIII, o médico fazia ao enfermo: "*O que é que você tem?*" substituída modernamente por "*Onde lhe dói?*". Na concepção anterior a doença identifi-

cava-se com uma situação existencial, na medicina clínica ela depende de um lugar na geografia corporal. Por isso, a clínica se apresenta como um novo olhar e um novo falar sobre as doenças.

Comparando poder-se-ia dizer que a medicina clássica está para a medicina moderna como a história natural está para a biologia. Existe a passagem da classificação das doenças segundo princípios teóricos para uma taxionomia fundada na observação e experimentação sobre o corpo do enfermo. O novo olhar clínico possibilita uma melhor classificação das doenças e um conseqüente aprimoramento na eficácia das terapias. Essa experimentação foi possível pelo surgimento de uma concepção moderna e de uma estruturação higiênica do hospital como lugar para recuperar a saúde transformado em bem público.

Na Idade Média, o hospital (FOUCAULT, 2001) era o local em que o indivíduo era acolhido por caridade para receber um alívio corporal, mas, fundamentalmente, para cuidar de sua alma. O papel primordial dos hospitais era a assistência religiosa e sanitária das pessoas pobres. Eram subvencionados pelos nobres e ricos pois havia uma preocupação pública com a salvação da alma. O cuidado da saúde do corpo era um assunto privado. Por isso os bons médicos não freqüentavam os hospitais. Eles atendiam as pessoas mais ricas nas suas casas. O aglomerado de doentes e pobres fazia do hospital um local de disseminação de doenças. Por isso foram criticados e suprimidos nos tempos modernos.

Na modernidade foi surgindo uma crescente valorização da saúde física. Por isso, ela foi, aos poucos, tornando-se um bem público e a salvação da alma um assunto

privado. O Estado moderno começou, gradativamente, a preocupar-se com a saúde pública e a encarregar os médicos dessa tarefa. Assim os médicos que, antes preocupavam-se com um bem particular, foram aos poucos investidos de um papel social público que lhes conferia poder. O lugar social de poder que os religiosos ocupavam no sistema medieval por sua preocupação com o bem público da salvação da alma, foi ocupado, nos tempos modernos, pelos médicos encarregados da nova salvação identificada com a saúde física.

O hospital moderno foi concebido a partir de uma engenharia sanitária que possibilitasse a higiene e a cura das doenças sob a coordenação dos médicos encarregados pelo Estado do bem público da saúde. Assim, o hospital, além de ser o lugar da busca da cura, tornou-se também o local privilegiado para os médicos observarem as doenças. A medicina clínica desenvolveu-se à beira do leito do enfermo. Daí que o seu nome vem de *klineo* debruçar-se sobre o leito do doente. No hospital, o doente é o sujeito de sua doença pois ele constitui um caso, mas, para a clínica, ele é apenas um exemplo, isto é, o doente é um acidente da sua doença, o objeto transitório de que ela se apropriou. A doença constitui-se em ente substancializado independente do enfermo. Por isso, o hospital moderno tornou-se um teatro noseológico para a clínica onde se desenrola a peça identificada com a doença cujo diretor é o médico. Assim, os doentes são atores que desempenham o papel conferido pela doença, coordenados pelo médico.

Ivan Illich (1975) partiu das análises de Foucault para apontar a tendência iatrogênica da medicina moderna. Ela cura,

mas também produz doença. Illich tenta, antes de mais nada, desmontar as ilusões difundidas pela empresa médica. Para a superação das doenças e a melhoria da saúde da população ajudam muito mais o regime alimentar e o saneamento do que os procedimentos médicos. Não é a proporção de médicos, de meios clínicos e de leitos hospitalares que avalia primordialmente a qualidade da saúde de um grupo social, mas a qualidade dos alimentos, os procedimentos sanitários e a estabilidade social e cultural.

Para Illich (1975) o impacto negativo da ideologia, difundida pela empresa médica constitui uma das epidemias com maior expansão. Só a má nutrição produz maiores males. Ele denomina essa epidemia de iatrogênese. Doença iatrogênica é aquela que não existiria se o tratamento aplicado não fosse o que as regras da profissão médica recomendam. Engloba todas as condições clínicas das quais os medicamentos, os médicos e os hospitais são os agentes patogênicos. Iatrogênese clínica é a multidão de efeitos negativos secundários, mas diretos, da terapêutica usada. Essa iatrogênese tem efeitos sociais porque origina costumes e práticas tidas como socialmente normais, corriqueiras e inquestionáveis como, por exemplo, a invasão farmacêutica, a medicalização do orçamento, do ambiente social, das categorias sociais, da vida e da própria morte.

A causa da epidemia iatrogênica, segundo Illich (1975), é estrutural ao paradigma clínico moderno, pois este se baseia na colonização médica. A doença é uma realidade heteronômica que foi expropriada ao enfermo, porque sua gestão pertence ao médico. O enfermo não é o sujeito do pro-

cesso, mas antes um objeto do qual a doença se apropriou. Só o médico tem os poderes e os instrumentos de guerra para vencer esse inimigo. Ele é o novo "exorcista" que expulsa o "demônio" da patologia que se apoderou do corpo da enfermo. Essa colonização do processo foi possibilitada pelo novo olhar clínico introduzido pela medicina moderna.

2. Compreensão integral da saúde

Ao paradigma clínico de medicina corresponde uma certa concepção de saúde concebida em termos fisiológicos como a vida no silêncio dos órgãos. Saúde seria o bom funcionamento de todos os órgãos do corpo humano ou, em outras palavras, a ausência de doença. Essa é a visão vulgar e comum de saúde popularizada pela medicina moderna. Ela peca por simplismo e estreiteza, porque reduz a saúde apenas ao bem estar físico e corporal.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu uma compreensão mais integral, englobando diferentes dimensões da vida humana e superando a visão limitada a simples critérios fisiológicos. Ela concebe a saúde como completo bem estar físico, psíquico, mental e social. A definição compreende diferentes aspectos da vida humana dentro da saúde. Esse é o seu valor positivo, mas, ela, ao mesmo tempo, falha por propor uma concepção idealista e estática de saúde. Falar de completo bem-estar pode levar a uma visão ilusória, pois essa situação nunca acontece, apenas serve como meta ideal. A saúde precisa fazer as contas com a vulnerabilidade e a fragilidade física e psíquica. A vida humana é tecida por uma trama de confrontos e de

desafios que exigem remanejamentos e modificações. O conceito de saúde deve englobar essa dinamicidade.

O ser humano está continuamente exposto a novos condicionamentos de todo tipo sejam somáticos, psíquicos, sociais e culturais que tendem a quebrar o ritmo alcançado. Por isso muitos definem a saúde como um processo de adaptação ou, melhor, de reação frente a agentes externos ou internos que ameaçam o equilíbrio somático, psíquico, social e espiritual. Assim, saúde identifica-se com a capacidade de reagir às situações tendentes por si mesmas a debilitar o potencial e dinamismo da vida, mantendo o maior grau possível de autonomia e capacidade de agir.

Em alguns casos não será possível suprimir situações adversas, mas reagir significará aprender a conviver com elas ou fortalecer-se para enfrentá-las pela integração ou superação. Saúde é a defesa ativa e eficaz contra as forças que limitam a vida da pessoa. É o processo de reação diante de influxos perturbadores da parte do organismo, do eu psíquico ou do ambiente social que levam à debilitação do equilíbrio vital. Nesse sentido, sadia é aquela pessoa que consegue integrar, na própria vida, as perturbações ao bem-estar físico, psíquico e social, realizando-se como pessoa, não perdendo o sentido da própria dignidade, lutando para modificar aquelas coisas que sejam possíveis alterar e integrando aquelas que sejam um dado imutável. Doente é aquela pessoa que se encontra debilitada em seus mecanismos de reação somáticos, psíquicos e sociais, cuja cura consistiria em reativá-los. Os diferentes procedimentos terapêuticos deveriam estar fundamentalmente a serviço do forta-

lecimento da capacidade física, psíquica e social de reagir.

Entendendo saúde como capacidade de reagir, ela identifica-se com autonomia. Ser sadio significa ser reativo e autônomo diante de agentes e situações que provocam desequilíbrio. Ser doente é não conseguir reagir, vivendo na dependência e na prostração. Assim os profissionais da saúde estão a serviço dessa autonomia reativa.

Os biólogos Maturana e Varela (1997) revolucionaram a compreensão dos seres vivos ao proporem a definição de sua identidade não mais a partir de características morfológicas, mas de sua organização *autopoietica*. Qualquer sistema vivo conforma-se como *autopoiese*, pois está capacitado a reordenar seus componentes numa nova organização, quando sofre perturbações. Nesse sentido, a *autopoiese* é a capacidade de reagir de todo ser vivo. A vida identifica-se fundamentalmente com autonomia. O que caracteriza um ser vivo não são os seus componentes físicos nem a soma deles, mas a capacidade *autopoietica* de organizá-los. O ser vivo morre quando perde essa capacidade, porque não consegue fazer frente à desordem provinda do meio ao qual está acoplado.

O ser humano detém uma organização *autopoietica* muito mais complexa por ser um ente ao mesmo tempo bio-cultural, provido de linguagem e consciência. Essas dimensões caracterizam e complexificam a sua habilidade *autopoietica*. Elementos psíquicos e culturais interferem na aptidão para a reordenação. Assim, a saúde identifica-se com essa capacidade de reorganização *autopoietica* e a doença, um ataque a ela. Por isso, saúde não pode ser caracterizada simplesmente pela

presença de certos componentes sejam eles físicos, psíquicos ou mentais, mas pela competência de auto-re-ordená-los numa nova organização existencial. Isso depende do acoplamento do ser humano ao seu ambiente sócio-cultural. Essa compreensão da vida como capacidade autopoietica possibilita uma visão da saúde humana como capacidade de reação ou de reorganização dos elementos dentro de uma nova estrutura existencial.

3. Confronto crítico entre medicina alternativa e medicina convencional

O sucesso das terapias alternativas certamente aponta para uma crise do paradigma clínico de medicina que foi se impondo a partir do final do século XVIII e para a busca de uma compreensão mais integral da saúde humana. As formas alternativas de cura caracterizam-se por uma enorme variedade de teorias e práticas médicas com pouco em comum com a terapia convencional. Algumas estão baseadas em sistemas científicos, outras mais inspiradas na fé ou em formas holísticas de entender a saúde.

A medicina convencional está fundada na biologia e direcionada para as necessidades orgânicas do enfermo. Este é o ponto de partida e o enfoque assumido pela clínica para compreender a saúde e a doença. Quanto ao procedimento, ela é, por um lado, científica, pois baseia-se em métodos rigorosos e, por outro, materialista, no sentido de só aceitar o que foi comprovado pela experimentação controlada, e, por fim, é também racionalista, porque argumenta a partir de uma lógica racional. Aliá dados duros da fisiologia com observação

e experimentação controlada, usando uma argumentação lógica rígida, baseada numa visão peculiar de causalidade. O enfoque clínico e a metodologia científica explicam as diferenças e o confronto crítico entre as duas práticas terapêuticas.

É bom ter presente que algumas formas que antes eram alternativas tornaram-se hoje convencionais como, por exemplo, a acupuntura e, por outro, certas terapias, consideradas antes como convencionais, são hoje alternativas como banhos, massagens, purgativos. Antes do surgimento da medicina clínica, a forma convencional era praticada por um pequeno punhado de médicos universitários que conviviam com curandeiros de diversos tipos que receitavam remédios, baseados em velhas teorias tidas como ultrapassadas. As terapias consideradas científicas não eram tão separadas daquelas tidas como não científicas. A fronteira entre o convencional e o alternativo não era tão claro como hoje. Aos poucos algumas terapias ganharam o estatuto legal com controle monopolístico das instituições de saúde. As diferenças entre as terapias convencionais, oficialmente reconhecidas, e as práticas alternativas foram se acentuando, sendo estas sempre mais consideradas, pela medicina clínica, como curandeirismo, falsidade e desonestidade ou, se muito, como antigas e pré-científicas.

Na literatura que favorece as terapias alternativas, a medicina convencional é definida como tóxica, devido à crescente dependência de remédios, como impessoal e iatrogênica, pelo uso de procedimentos agressivos e cirurgias desnecessárias e, como dispendiosa, pelos altos custos.

A medicina oficial considera as práticas alternativas produto de visões pré-científicas e as terapias consagradas e usadas por ela, como pura ciência sem influência cultural. Ora, é sabido que a cultura do complexo médico-industrial tem grande influência cultural na pesquisa científica médica. Por isso é difícil falar de ciência pura em medicina. Tudo o que tem a ver com o ser humano terá sempre interferências culturais. Por outro lado, as próprias doenças têm sempre uma base cultural. Elas são processos caracterizados por elementos bio-culturais.

O relatório Flexner (DRANE 1995) que, em 1910, fez uma avaliação crítica da educação médica nos Estados Unidos, ajudou a introduzir, na medicina, um modelo baseado na ciência dura de laboratório e expresso em leis universais. Para Flexner, a ciência médica aponta para objetos identificados com as doenças, mais do que para as queixas do doente. Trata-se da aplicação de procedimentos de engenharia na medicina. Essa forma científica tornou-se a medicina ortodoxa. Flexner aplica imagens de guerra à prática médica, tornando-a agressiva. Assim, engenharia e militarismo científicos conformaram sempre mais as atitudes e os procedimentos médicos. Essa medicina tornou-se predominante, gozando de grande prestígio e poder. Todo o resto foi sendo considerado como não científico e não ético. A medicina alternativa foi criticada como não científica e eticamente suspeita, porque a ciência médica dura tornou-se paradigma epistemológico e parâmetro ético. Essa identificação entre científico e ético é, no mínimo, problemática, pois nem sempre o que se apresenta como culturalmente dominante, como ci-

ência, identifica-se também com o que é eticamente correto.

4. Parâmetros éticos para um confronto salutar

As terapias convencionais e alternativas não podem ser consideradas como excludentes, mas complementares (CASTÉS BOSCÁN 2000). Elas podem se corrigir mutuamente, sendo um fator de crítica uma para a outra. O questionamento da medicina alternativa é quanto ao enfoque redutor da compreensão de saúde na medicina oficial. Aponta para a crise do paradigma clínico que se impôs a partir do século XIX. A objetivação científica das doenças fez esquecer a dimensão da enfermidade como evento existencial e cultural. As terapias alternativas estão justamente enfocadas nessa perspectiva, sendo, contudo, necessário alertar que não se pode desconhecer, por outro lado, as bases fisiológicas das doenças.

A crítica da medicina oficial das práticas não convencionais é quanto à não comprovação científica da sua eficácia. Isso abre a brecha para o surgimento de charlatanismo, não ajudando a distinguir entre terapias verdadeiras e falsas. Por isso, as diferentes formas terapêuticas alternativas deveriam ser submetidas a procedimentos de avaliação científica, tendo presente que é necessário encontrar modos adequados para comprovar os efeitos dessas terapias já que podem não ser comprováveis dentro dos cânones clássicos da metodologia experimental. Como um exemplo da busca de uma fundamentação científica para a medicina alternativa está a tentativa da imunologista venezuelana Marianela Castés Boscán (2000) de encontrar na psico-

neuroimunologia a base para a construção de um novo modelo de saúde. Segundo ela, a medicina psicossomática, que está na origem da psiconeuroimunologia, aponta para a interligação dos sistemas neurológico, endócrino e imunológico, oferecendo um caminho de investigação para explicar os efeitos benéficos de muitas terapias alternativas.

A medicina alternativa necessita de uma regulação e avaliação pública para que não responda simplesmente a necessidades privadas, fundadas em opções pessoais. Ela deveria estar organizada em conselhos, como a convencional, para que possa definir parâmetros éticos, separando o joio do trigo. Deveria encontrar uma metodologia adequada de comprovação científica dos seus efeitos terapêuticos e levantar certos critérios de avaliação comuns a todas as terapias alternativas. Isso exige pesquisa e reflexão consistente e criativa que dê base científica ao novo paradigma. O foco da questão está no estudo das interações psicossomáticas das terapias, mostrando que o alívio e a cura não são sempre e simplesmente "efeito placebo" (BENSON 1996).

Essa avaliação científica exige recursos humanos com competência e acesso a fundos de pesquisa que são captados em sua quase totalidade pela medicina oficial, não permitindo a sua aplicação em investigações sobre as terapias alternativas. A empresa médica e a indústria farmacêutica fecham as portas para inovações terapêuticas que põe em perigo a sua reserva de mercado. As terapias alternativas quebram a base econômica do exercício profissional, provocando a reação corporativista.

A medicina alternativa deve ter as mesmas tarefas de qualquer outra medicina:

curar, aliviar a dor, restaurar funções, oferecer maior qualidade de vida, confortar e acompanhar na morte. Elas definem os parâmetros éticos da autonomia, beneficência/não-maleficência e justiça.

Tanto as formas convencionais quanto as alternativas devem prover o usuário de informações relevantes e comprovadas sobre benefícios e riscos para que ele possa tomar decisões autônomas sobre o seu uso, protegendo-o de fraudes e manipulações. A veracidade das informações é uma das principais exigências éticas de qualquer terapia. Por outro lado, para que essas decisões sejam autênticas é preciso levar em consideração os valores culturais e éticos do usuário. Por isso, um adulto com condições para decisões autônomas pode optar por um tratamento alternativo não efetivo e comprovado, recusando um convencional efetivo, fundado em determinada concepção pessoal de saúde. O mesmo não acontece com uma criança, porque ela não tem capacidade para decidir fundada em valores e na avaliação de benefícios e riscos.

A grande vantagem das terapias alternativas está em possibilitar uma maior qualidade de vida ao usuário, promovendo a saúde e prevenindo as doenças. A exigência ética de prover benefícios engloba, por um lado, oferecer saúde e bem-estar e, por outro, prevenir e remover possíveis futuros danos. Essas terapias partem de uma visão mais holística da saúde, possibilitando uma compreensão mais integral do princípio da beneficência. O bem-estar não se reduz à sua dimensão biológica e não é medível puramente por fatores fisiológicos, pois integra elementos psíquicos, sociais e culturais da saúde. A qualidade de

vida depende de uma boa interação psicossomática que é uma das bases da medicina alternativa.

Qualquer intervenção que lesa a saúde de uma pessoa fere o princípio de não-maleficência, sendo, por isso, anti-ética. Uma terapia alternativa não lesiva, não viola parâmetros éticos, ainda mais, quando os meios convencionais têm pouca eficiência, provocam efeitos colaterais e são muito dispendiosos. No caso de uma doença mais grave não basta apenas não ser lesivo, porque a busca da terapia alternativa pode afastar o enfermo da procura de um tratamento mais efetivo da convencional. Quando o uso de práticas alternativas impede alcançar o benefício esperado, porque desmotiva o recurso a meios com eficiência comprovada, pode-se invocar o princípio da não-maleficência. É necessário ter presente que as formas alternativas, na maioria dos casos, devem ser tomados como coadjuvantes e complementares das convencionais. Os terapeutas alternativos nunca podem desaconselhar o uso de medicamentos receitados pela medicina convencional, quando se tratam de doenças crônicas e graves com tratamento comprovado.

Nos Estados Unidos, a medicina alternativa tem maior reconhecimento público, tendo suas organizações próprias e lutando pela inclusão das terapias nos planos de saúde (FULLER 1995). No Brasil, as formas alternativas estão muito difundidas, mas com pouca estruturação, ao nível público. A oferta de formas não convencionais de tratamento depende, em geral, da iniciativa privada do terapeuta, sem controle de alguma entidade profissional de nível público, ficando os riscos pela esco-

lha dessas terapias sob responsabilidade do usuário. Essa não publicização impede uma maior visibilidade social da medicina alternativa. Tendo presente que alguns tratamentos alternativos já têm comprovada eficácia é necessário lutar pela sua inclusão no sistema público e nos planos privados de saúde. Essa inclusão responde a critérios de equidade do princípio da justiça. Já existem pequenas iniciativas nessa linha usando homeopatia e acupuntura ao nível do SUS. Mas para que aconteça o reconhecimento público dos terapeutas alternativos é necessário enfrentar o poder coercitivo do corporativismo médico que luta pela reserva de mercado, criando centros de investigação científica das terapias e de formação dos profissionais.

Conclusão

A medicina alternativa veio para ficar, sendo necessário encontrar um modo de harmonização e acomodação com a convencional. Elas não devem excluir-se, mas complementar-se mutuamente. A convencional não pode simplesmente acusar as formas não clássicas de medicina como charlatanismo. Nem os métodos não convencionais podem substituir, para certos casos, modos tradicionais comprovados de

terapia. Em muitas situações, as terapias alternativas são coadjuvantes das formas clínicas tradicionais, porque possibilitam interações biopsíquicas que melhoram as condições integrais da saúde. A medicina convencional direciona sua terapia para um aspecto funcional ou um ponto fisiológico do corpo que se encontra afetado, enquanto que a alternativa pretende atingir a totalidade bio-psico-espiritual, mesmo quando trabalha sobre partes do corpo, tendo como referência uma compreensão mais integral da saúde. Essa é a grande contribuição da medicina não convencional: pensar e tratar o processo saúde/doença como um evento bio-psico-social-cultural, sendo uma crítica ao enfoque biomédico da clínica tradicional. O desafio das formas alternativas de medicina é encontrar parâmetros científicos adequados para comprovar a eficácia dos seus benefícios, ajudando a distinguir entre terapias autênticas e falsas.

Prof. José Roque Junges, SJ – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo (RS).

www.medicinacomplementar.com.br

www.altmedconsult.com

Endereço do autor:

Caixa Postal: 5047

31611-970 – Belo Horizonte – MG

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Você procura acompanhar a produção escrita e as experiências no campo da medicina alternativa? Tem uma opinião própria a respeito?
- 2- Por que essa temática interessa à Vida Religiosa?
- 3- No seu contexto congregacional e social, o que se pode fazer para ajudar as pessoas, particularmente os pobres, a se beneficiarem com os avanços da medicina alternativa?

Análise de Conjuntura – Junho 2004

Texto apresentado ao CONSELHO PERMANENTE em 22/06/2004

Apresentação

Esta *Análise* retoma parte do que foi apresentado ao CONSEP, em maio, porque o quadro político nacional então delineado consolidou-se. Em seguida, abordamos temas que estão entrando na pauta de debate da sociedade e aos quais convém a CNBB estar atenta. Enfim, concluímos esta *Análise* com uma apresentação de temas em tramitação no Congresso.

1. A rearticulação do quadro democrático-popular e o Estado

Enquanto o governo alimenta a esperança de crescimento econômico num ciclo de longa duração, está se difundindo na sociedade a idéia de que se trata antes de uma economia voltada para o “endividamento sustentável”, isto é, a convivência harmoniosa entre o Estado e seus credores, internos e externos. De fato, a política econômica do governo Lula o está distanciando dos setores com

os quais sempre contou. Se num primeiro momento estes aceitaram pagar seu alto custo social e econômico para evitar uma crise pior, hoje cresce o número dos que afirmam já ser a atual crise pior do que a crise financeira que a mudança de rumos acarretaria.

Essa mudança vem sendo defendida pela intelectualidade ligada aos movimentos sociais, mas ainda não se percebe como tornar efetiva sua proposta¹. O governo Lula, por suas próprias forças, certamente não terá condições de imprimir outro rumo à política econômica, pois isso implicaria mudanças na direção do Banco Central e nos quadros do Ministério da Fazenda. Lula só poderá tomar tal decisão, que coloca em risco seu futuro político, se receber um forte apoio da sociedade brasileira. A questão que hoje se coloca é: como reforçar o governo Lula, sem que isso represente apoiar sua política econômica?

Nos Estados de democracia representativa, como o brasileiro, cabe aos Parti-

¹ Suas principais bandeiras são a política de *pleno emprego* e a *auditoria da dívida pública*. A primeira propõe substancial redução do superávit primário e da taxa de juros, combinada com investimento maciço em setores geradores de emprego, de modo a relançar o crescimento econômico com inflação baixa e máximo aproveitamento dos recursos do mercado interno. A segunda, quer tornar efetivo o art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição, afirmando que tal medida certamente cancelaria muitas dívidas irregulares ou ilegítimas, diminuindo assim os gastos com o serviço da dívida pública. Combinada com a baixa de juros, o Brasil aumentaria muito seus gastos sociais e investimentos públicos, sem ser obrigado a decretar uma moratória unilateral. Uma bandeira não se opõe à outra, pois ambas pressupõem medidas drásticas como controle cambial, mas divergem quanto à melhor estratégia para mudar os rumos da economia.

dos políticos a mediação entre a Sociedade civil e o Estado. Essa mediação é necessária porque a lógica do Estado não é a lógica da Sociedade². É por meio dos partidos que a sociedade escolhe quem, em nome dela, tomará as decisões no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo³. Enquanto os Movimentos Sociais canalizam a vontade popular, o Partido político leva essa reivindicação para a esfera do Estado. Essa mediação foi crucial para o êxito da Constituição cidadã de 1988: a sociedade mobilizava-se em torno a suas propostas e os partidos do *quadro democrático-popular* (embora minoritários no Congresso) as inscreviam na Carta Magna.

Chegando à Presidência da República, o PT traz consigo aquele projeto político oriundo dos Movimentos Sociais, mas, ao assumir a lógica do Estado, torna-se partido do governo e distancia-se da Sociedade. Com isso, os Movimentos Sociais perdem o seu canal de representação perante o Estado. Neste impasse estamos hoje. O *quadro democrático-popular*, que se articulou durante a campanha das *Diretas-já* e sobreviveu ao desmonte neoliberal dos anos 90, perdeu agora seus condutos político-partidários. Continua atuando como força de pressão da sociedade, mas sua força é apenas de pressão

moral, por falta de Partidos que o representem. Alguns dirão, com razão, que a força moral é mais forte que qualquer outra, mas por si só ela é incapaz de modificar as normas legais.

Trata-se de reformatar o Estado, em vista de colocá-lo a serviço do interesse público, libertando-o da *blindagem* que lhe foi imposta pelos interesses privados dos poderosos.

Há sinais de mudança na configuração do *quadro democrático-popular*: organizam-se novas associações, corporações e sindicatos, vários destes oriundos de dissidências de outros movimentos. Fenômeno novo e ainda pouco analisado, merece atenção porque podem estar surgindo novos atores sociais, com o potencial de articulação e representatividade necessário para as mudanças políticas que o país requer. Movimento dos Catadores, Movimento pela Moradia, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), FETRAF (Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar), CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas), Inter-Redes e outros estão em busca de novas relações com os partidos políticos, com os governos federal, estadual e municipal.

A relação do atual governo com os movimentos sociais traz a novidade po-

² O agir do Estado tem caráter obrigatório (impõe impostos, ordena gastos e atua por ofício mediante servidores públicos), enquanto o agir da Sociedade tem caráter voluntário (seu poder reside na capacidade de motivar e mobilizar as pessoas).

³ Foi justamente por não reconhecer nos partidos oriundos do regime militar, canais adequados para sua representação política, que os Movimentos Sociais fundaram o PT. Diferentemente de outros partidos de esquerda, cuja tradição leninista tornava os Movimentos e organizações sociais uma "correia de transmissão" do partido, o PT nasceu da relação dialética entre os dois pólos. Ambos têm a mesma inspiração e utopia, mas atuam em campos diferentes: os movimentos sociais lutam na sociedade civil por uma causa específica, ao Partido compete, na esfera política, exercer o poder de Estado.

sitiva de não criminalizá-los, embora a relação continue tendo por base a resposta a demandas pontuais, como o convênio com a Articulação do Semi-Árido para a construção de mais 25 mil cisternas. Há também discussões interessantes com as ONGs do campo ambiental, principalmente na questão da desertificação e do desflorestamento. Porém, a manutenção da política econômica impede qualquer mudança de caráter estrutural.

Por outro lado, os setores conservadores insistem no "legalismo" como norma para os movimentos. Ilustrativa é a CPI da Terra, que visa investigar as ações do MST, mas não as grilagens, o trabalho escravo e os assassinatos de trabalhadores rurais. O deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação Nacional de Cooperação Agrária e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, ambas vinculadas ao MST. Em resposta à manobra dos ruralistas, senadores ligados ao governo tentaram, mas não conseguiram, que a CPI aprovasse a quebra o sigilo bancário da UDR, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e do Senar.

Especial atenção merecem os **Conselhos Setoriais**, que criam novos espaços de participação política, embora ainda não tenham conseguido enraizar-se na cultura política nacional. Nem mesmo onde foram implementados por governos populares conseguiram imprimir mudanças significativas na cultura política. Ainda são vistos com desconfiança por muitas lideranças populares, que temem sua cooptação. O fato de serem

os Conselhos muito diversificados quanto à estrutura organizativa, composição e grau de autonomia e deliberação, não favorece um consenso sobre seu papel e sua posição na estrutura política. Seu lugar não está bem definido no organograma e no fluxograma das gestões municipais e é comum que as agendas das instâncias de governo subordinem as agendas dos Conselhos. Enfim, apesar de sua institucionalização pela Constituição de 1988, ainda não ocorreu uma reforma administrativa que os defina como instância deliberativa.

Apesar de tudo, os movimentos sociais estão vislumbrando a possibilidade de criar, por meio dos Conselhos, novas estruturas de gestão no interior do Estado e não apenas espaços de negociação entre governo e representações sociais. Serão estruturas deliberativas, que estabelecem novas relações entre Estado e sociedade civil, garantindo à sociedade civil um assento no processo decisório de elaboração e condução de políticas públicas. Os Conselhos estão implantando entre nós uma nova forma de democracia, distinta da democracia representativa e da democracia direta: a democracia deliberativa, onde a capacidade de argumentação conta mais do que a quantidade de votos.

2. Salário mínimo e endividamento sustentável

"O salário mínimo vigente sofre uma perda acelerada do poder de compra e, cada vez menos, atende às necessidades básicas da família", afirmaram os Bispos em Itaici. Já o governo anunciou que o valor do mínimo seria de R\$ 260, um

ajuste de 8,3 %. (O aumento real é de 1,3%, considerada a inflação anual em 7%). Segundo o DIEESE, o salário mínimo “capaz de atender às suas necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família”, conforme prescreve o Artigo 7º da Constituição Federal, seria superior a R\$ 1.500. De acordo com os padrões da Organização Internacional do Trabalho, o piso salarial deveria ficar entre 40 e 60 % do salário médio do país (R\$ 874, segundo o IBGE).

O ministro Palocci bem expressa as prioridades do governo, ao referir-se ao valor a ser definido: “O nível adequado do salário mínimo é aquele que melhor possa atender as necessidades dos trabalhadores e o equilíbrio das contas públicas” (FSP, 27/04/04). Ele se refere às finanças municipais e ao déficit de caixa da Previdência. De fato, em 2003 a receita previdenciária líquida foi R\$ 80,73 bilhões e as despesas foram R\$ 112,20. Mas as contas da Seguridade Social (que inclui a Previdência, Saúde e Assistência Social) apresentam saldo superior a R\$ 32 bilhões. O déficit decorre do desvio legal desses recursos para o pagamento da dívida pública, através da Desvinculação das Receitas da União.

Recolocar na mesa de discussão a definição do salário mínimo é propor alternativas à receita neoliberal, liberando o Estado Brasileiro da situação de refém do setor financeiro. Trata-se menos de uma decisão de ordem técnica (o impacto no equilíbrio fiscal do salário-mínimo em R\$260, R\$275 ou R\$300) e mais de uma decisão de ordem política: deve o governo submeter-se à imposição do equilíbrio fiscal a qualquer custo?

A derrota da Medida Provisória no Senado foi grave, porque agora Lula se vê obrigado a vencer a qualquer custo (e os custos serão elevados, dado sistema do “é dando que se recebe”) sob pena de cumprir a ameaça de vetar o aumento de R\$275, manter o salário-mínimo nos míseros R\$240 atuais e assim desmoralizar-se diante do povo que o elegeu.

O efeito concentrador dessa política econômica regida pelo atendimento às exigências do setor financeiro pode ser demonstrado por um dado recentemente publicado: embora o PIB brasileiro tenha diminuído em 2003, o número de milionários no Brasil (pessoas com patrimônio em títulos negociáveis igual ou superior a US\$1 milhão) passou de 75.000 para 80.000 no primeiro ano de governo Lula.

3. As eleições municipais

O Brasil tem cerca de 115 milhões de eleitores, distribuídos em 5.568 municípios, dos quais 3.500 com menos de 10 mil habitantes. No total, 46% dos eleitores estão em cidades de até 50 mil eleitores. A importância das eleições municipais para o cenário político nacional se deve ao fato de expressarem o *poder local*, estruturado a partir da grande propriedade da terra. Fundado nos primórdios da ocupação territorial, tendo como pilar o patriarcalismo e, mais tarde, o escravismo, este poder sempre gozou de enorme autonomia. As mudanças no modo de se relacionar com o poder central ocorreram nos anos Vargas, quando as medidas de centralização fiscal transferiram o clientelismo político tradicional para o clientelismo de Estado

O clientelismo de Estado é hoje a forma como se faz a intermediação política entre os mandatários locais e o poder central. Ele é constituído por operações desbalanceadas de troca de recursos materiais obtidos no âmbito do Estado e usados para a obtenção de apoio político no município. A subordinação da população é o seu traço mais característico, tomando variadas formas, desde a compra de votos até o uso de políticas sociais controladoras.

A industrialização, o desenvolvimento e o capital internacional não diluíram o poder dos grupos clientelistas no aparelho estatal, mesmo porque o desenvolvimento na forma de capitalismo de Estado fez da economia pública o foco das atividades políticas, aprofundando as funções de intermediação política, de molde clientelístico. As redes clientelísticas e de patronagem, organizadas a partir dos municípios, utilizam o controle eleitoral local para impedir a emergência de eleitores e movimentos autônomos, que trariam elementos de imprevisibilidade eleitoral, o que não interessa às elites dirigentes. Apesar disso, em muitos municípios brasileiros a sociedade autonomamente organizada, ombreia-se com essas elites, discutindo o orçamento, cobrando respostas do poder local, ou acompanhando as câmaras municipais.

A persistência do poder tradicional é um dos grandes obstáculos à democracia enquanto jogo de autonomia entre iguais. Numa sociedade desigual como a brasileira, o jogo político corresponde à estrutura social de castas – a *Casa Grande* e a *Senzala* – porque a maioria do

eleitorado não recebe elementos que a permitam distinguir as políticas particularísticas das que se orientam para focos coletivos de interesses. O eleitorado de menor escolaridade, que é a grande maioria, não sabendo fazer um diagnóstico crítico dos partidos e dos candidatos, tende a seguir a propaganda que oferece ganhos imediatos. Nos *grotões*, onde os partidos tradicionais estão mais representados e competem acirradamente nas eleições municipais, prevalece o padrão clientelístico. Ali os partidos de esquerda nem têm diretórios, são pobres demais, dependem de verbas estaduais e se não estiverem na coligação vencedora estadual, não conseguem nada. Agora é provável que essas elites locais de uma hora para outra se bandeiem para o PT, porque dependem do poder estadual e das políticas sociais do governo. Podem até mudar de partido, mas não mudarão a forma clientelística de intermediar os interesses.

São os prefeitos dos municípios que fazem os palanques estaduais e estes os palanques das eleições presidenciais. A alternância no ápice do poder depende, portanto, da superação do clientelismo como padrão de intermediação de interesses. Conseguiria o PT mudar o mapa das elites locais e o padrão clientelístico? Sabemos que mudanças de tal porte são lentas. Elas supõem a educação popular, mostrando que a vida política não pode continuar sendo um privilégio de poucos, e que só pela participação haverá controle dos recursos públicos para serem usados segundo as necessidades da grande coletividade.

Nesse contexto, cabe indagar sobre o

significado de candidaturas para cargos políticos de pastores e até bispos de **igrejas evangélicas** cuja teologia afirma ser o *mundo* lugar de perdição. Entendendo o pecado como dispensar-se de Deus, impiedade que acarreta a miséria social, com seus vícios e desvios morais, os evangélicos de corte pentecostal vivem num universo religioso restritivo, onde convicções intransigentes os congregam numa mesma opção política e fazem das comunidades religiosas bases eleitorais praticamente independentes de partidos.

Esses evangélicos nada esperam da política, mas tudo da virtude das pessoas que alçam a um cargo político. Não questionam, por exemplo, os fundamentos da democracia, mas tampouco questionam regimes autoritários. Formam *lobbies* e juntam-se a quem conseguir pôr no poder um candidato portador de suas convicções. A política será boa e válida se são bons os fiéis que a implementam. Assim, o conteúdo da política limita-se à obtenção de vantagens para suas igrejas, reivindicando proteção e reconhecimento.

Diante dessa situação, alguns setores católicos alegam ser necessário usar os mesmos meios para contrabalançar a influência dos evangélicos, e se propõem a mobilizar e agregar fiéis a candidatos que defendam os interesses da Igreja e seus princípios morais. Não percebem que isso desvaloriza a política enquanto campo autônomo de ação em favor do bemcomum.

4. Poder investigativo do Ministério Público⁴

Está no Supremo Tribunal Federal um processo que pode resultar no impedimento do Ministério Público Federal para conduzir inquéritos criminais. O assunto é grave e polêmico, mas até agora tem sido tratado de modo restrito aos círculos jurídicos.

A Constituição de 1988 outorgou ao Ministério Público a função de guardião da Carta Magna e do Estado Democrático de Direito, no que, em conjunto com a sociedade, devem promotores e procuradores se conduzir vigilantes. O artigo 129 atribui ao Ministério Público o controle externo da atividade policial, bem como o direito/dever de requisitar investigações e diligências aos órgãos policiais e a própria instauração de inquérito policial, mas não lhe outorga o direito de presidir este último. Diante da precariedade do sistema de segurança pública e justiça de nosso país, permitindo a impunidade, em especial dos que compõem o crime organizado e dos criminosos do "colarinho branco", o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, argumenta que "o sistema constitucional reservou à Polícia o papel central na investigação penal, mas não vedou o exercício eventual de tal atribuição pelo Ministério Público. Sua atuação, portanto, poderá existir, mas deverá ter caráter excepcional."

O que significa essa pretendida limitação à atuação do Ministério Público? Se a investigação for atribuição exclusi-

⁴ Foram consultados, sobre o assunto, artigos produzidos pela Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República.

va das corporações policiais, não cabendo ao Ministério Público mais do que o dever-poder de acusar, este, que independente do Legislativo e do Judiciário, se tornaria dependente do aparato policial do Executivo. Tendo presente que uma investigação mal sucedida converte-se em arquivamento, e que as diligências protelatórias e a infundável teia de recursos terminam possibilitando a prescrição, é de se temer o aumento da impunidade para os crimes de “colarinho branco”. Aliás, outras medidas já foram implementadas no mesmo sentido, como o abrandamento da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária e a criação e aumento de foros privilegiados para autoridades superiores.

O Ministério Público quer o reconhecimento de que a plenitude de seu papel nunca será alcançada com seu distanciamento do cenário da investigação. Mesmo porque há casos que somente podem ser elucidados com a atuação de um órgão com independência funcional, dotado de poderes requisitórios e desvinculado do Executivo. Há situações, ainda, em que as provas podem ser viabilizadas diretamente junto à Receita, ao INSS, ao Banco Central, ao Coaf e a outros órgãos públicos. Enfim, é preciso lembrar que o fato criminoso pode se situar no seio da própria Polícia, como nos casos de violações a direitos humanos.

Esta não é uma discussão meramente técnica, sobre os possíveis “excessos” do Ministério Público, pois pode-se regulamentar a atividade investigatória, definindo-se objeto, prazos e formas de atuar. Importa é que o Ministério Público não seja impedido de investigar, pois tal

atividade tem conduzido a resultados positivos, como no caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

5. O Comércio externo

O resultado das eleições na Índia interessa ao Brasil. Foi derrotada a Aliança Democrática Nacional, constituída ao redor do partido liberal e fundamentalista hindu Bharatiya Janata (BJ), que promoveu alto crescimento econômico beneficiando a classe média, enquanto os pequenos camponeses arcaram com os custos. Para desviar o descontentamento popular, o BJ incentivou a campanha religiosa hindu contra as minorias muçulmanas e cristãs, com choques violentos e centenas de mortos. Na sua campanha eleitoral, o BJ tinha o apoio implícito do governo Bush. A surpresa foi boa: o povo desmascarou a armadilha e deu o seu voto ao partido do Congresso, nacionalista popular, apesar de ser conduzido por Sonia Gandhi, uma italiana naturalizada.

O novo premier, Manmohan Singh, do partido do Congresso, pertence à minoria Sikh. Quando seu Partido esteve no governo, promoveu reformas liberais e certamente continuará na mesma linha, mas menos dependente do FMI. Lula encontrará no novo governo indiano um aliado seguro para juntos liderarem o G-20 e para fortalecerem as relações comerciais entre Brasil, África do Sul, Índia e China.

Mais de 400 empresários acompanharam o presidente Lula em sua viagem à China, com o objetivo de reforçar e aumentar as relações comerciais entre os dois países. O presidente referiu-se à

China como um “shopping de oportunidades”, dando a entender que a dimensão política da viagem fosse secundária. As viagens à Índia e à China, os dois países mais povoados do mundo e com as maiores taxas de crescimento econômico, traduzem a vontade do governo de consolidar e ampliar a presença do Brasil no mercado internacional. O governo manifesta coerência entre as viagens do presidente e a maneira de negociar, mas dificilmente pode esconder o limite dessa política comercial: as exportações cresceram nos dois últimos anos, e o país já atinge os limites da sua capacidade exportadora, criando rivalidade entre o crescimento para dentro e para fora.

Nas três principais negociações (OMC, ALCA e Mercosul-EU) o governo manifesta uma boa capacidade de articulação com outros países (China, Índia e África do Sul, no G 20, e os aliados do Mercosul) para não aceitar as regras desiguais nem as propostas desfavoráveis feitas pelos EUA ou Europa, mas encontra dificuldade para fazer propostas alternativas. Multiplicam-se reuniões para tentar desbloquear os impasses, mas nem os EUA nem a UE aceitam modificar suas atitudes protecionistas, particularmente no campo agrícola.

Com a ALCA em ponto morto, destacaram-se, nesses últimos meses, as negociações Mercosul-EU. O diálogo parece um pouco mais fácil do que no contexto da OMC ou da ALCA, pois acontece entre dois blocos já constituídos, mas as condições não são muito diferentes. A Europa está dividida quanto aos subsídios agrícolas: alguns países querem re-

duzi-los rapidamente, outros dizem que as mudanças são previstas para 2006; e os novos membros da UE temem uma maior liberalização dos produtos agrícolas. As duas partes querem chegar a um acordo antes de outubro. O Brasil e seus aliados estão interessados em um acordo com a Europa, que serviria como referência na OMC e na ALCA. O Brasil tem coerência nas suas atitudes e posições; resiste com astúcia e habilidade. Mas, precisando negociar para não ficar isolado, até quando e até onde conseguirá resistir, não tendo uma economia suficiente próspera para propor alternativas concretas que possa cumprir?

6. A reunião da UNCTAD

A Unctad foi fundada em 1964 (20 anos depois do Banco Mundial e do FMI) no contexto de otimismo, quando se acreditava na convergência dos interesses dos países ricos e dos países pobres. Foi criada para estudar a correlação entre Comércio e Desenvolvimento, criar consenso em torno a esse ponto, e oferecer ajuda técnica aos países em desenvolvimento. Ela cumpriu o seu papel até o começo da era Reagan, quando se alinhava com os países desenvolvidos, assimilando os princípios do BM e FMI e vendo questionado o alcance das questões que ela levantava. O atual Secretário Geral, Rubens Ricúpero – cujo mandato termina agora – conseguiu resgatar a voz e a especificidade dos problemas dos países pobres.

Trata-se do equilíbrio entre política pública e mercado. Os EUA afirmam que é o setor privado que puxa o desenvolvimento, enquanto os países em desen-

volvimento sublinham a incapacidade deste setor de construir um futuro igualitário e sustentável. Criticam as estruturas atuais do sistema de comércio, enquanto os EUA evitam qualquer crítica ao modelo vigente. Além destes debates, o ponto principal em jogo é o próprio futuro da Unctad. Os países ricos querem relegar o trabalho desta a uma mera assistência técnica, dependendo do BM e/ou do FMI, enquanto os países do Sul vêem nela um espaço onde podem expressar seus impasses e formular políticas para um desenvolvimento justo e sustentável. A Unctad não será um espaço para definir regras nem negociar acordos, mas tem autoridade moral para propor pautas de comércio favorável a todos.

O encontro de São Paulo foi organizado de maneira criativa, favorecendo a participação de todos os delegados, com abertura também para as ONGs. Para os países em desenvolvimento e as ONGs, a 11ª Unctad foi globalmente positiva. Os resultados não são imediatos, mas podem favorecer um ambiente mais favorável para os países do Sul nas negociações comerciais mundiais. 3 pontos a destacar: (i) Sob a liderança de Rubens Ricúpero e Celso Amorim, o G-77 (hoje 132 países do Sul) publicou uma vigorosa declaração ministerial pedindo uma mudança nas regras do comércio mundial, para que este beneficie a todos; (ii) 44 países do G-77 assinaram um acordo para reativar os intercâmbios entre eles; a China e outros países do G-77 disseram que poderiam se juntar, e (iii) o G-20 se fortaleceu diante dos EUA e da UE, pedindo a supressão dos subsídios agrícolas. No seu discurso de abertura, o

presidente Lula expressou as aspirações de muitos de ver surgir aos poucos "uma nova geografia do comércio mundial".

A Conferência adotou dois documentos. O "consenso de São Paulo" resume as diretrizes básicas de ação para os próximos anos, com 4 avanços significativos: 1) os princípios da coerência entre o nacional e o global, e da soberania dos países na elaboração de políticas em função de sua realidade; 2) valorização do comércio Sul-Sul; 3) criação de uma 'força tarefa' para aprofundar o tema dos preços dos produtos primários (agrícolas e minerais); 4) confirmação do papel da Unctad. O segundo documento "o espírito de São Paulo" menciona muitos pontos discutidos, mas não aprovados por todos.

7. Informações sobre Projetos em destaque no Congresso Nacional

Procuramos aqui destacar, numa enorme gama de projetos em tramitação, aqueles que estão sendo discutidos no momento com maior incidência no nosso trabalho pastoral.

7.1. Lei da Biossegurança transgênicos e clonagem

O Projeto de Biossegurança, já votado na Câmara, está dividido em duas partes: a que estabelece normas para os transgênicos, numa política nacional de Biossegurança, e o capítulo sobre a clonagem. Um grupo de senadores defende dividi-lo em dois Projetos, mas ainda não foi definido. Seu andamento:

Os **transgênicos**. Diante dos sinais de articulações de setores do governo com a

bancada ruralista para modificar no Senado o que já foi aprovado na Câmara, as entidades que integram a Rede *Por Um Brasil Livre de Transgênicos* tomaram posição. Estas entidades lutam para assegurar na regulamentação dos transgênicos o princípio da precaução. Representantes da Rede enviaram uma carta aberta ao presidente Lula para adverti-lo dos riscos da deformação do projeto e cobrar que seja mantido no Senado o espírito do texto aprovado na Câmara.

A parte referente à **Clonagem**. Também corre o risco de perder as conquistas aprovadas na Câmara. Em audiência pública, alguns cientistas defenderam insistentemente a pesquisa para extrair células-tronco obtidas a partir de embriões congelados, o que era vetado no texto da Câmara. Ganharam apoio de muitos senadores. A situação é conflitiva. A presença de Frei Moser nos debates mostrou o núcleo das diferenças entre as posições da Igreja e os cientistas. Dois desafios fundamentais: a) o princípio da vida (para nós desde a concepção) e b) a defesa dos métodos para conseguir as células-tronco, tão eficientes quanto dos embriões, através de cordão umbilical, medula óssea.... O Senador Tião Viana tem procurado mostrar a complexidade da questão que não atinge só a ciência mas a sociedade em geral, as religiões e a cultura. Por isso, está sugerindo seja criado um Comitê Nacional de Ética e Pesquisa para as Ciências da Vida, como há em outros países.

7.2. Projeto de Parceria Público Privado (PPP)

O Projeto do PPP é considerado de grande importância no Senado. Tudo

apontava para a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na semana passada. Um vento forte paralisou o processo. Alguns senadores explicitam falhas no Projeto e adiam a sua votação. Estes senadores temem que o Projeto transfira a responsabilidade pelos investimentos estruturantes do País do poder público para a iniciativa privada, e as facilidades deixem as empresas com o bônus das operações e os governos com o ônus. Questionam se este projeto não levaria a uma renúncia do papel do Estado e a uma entrega ao setor privado de investimentos públicos com excessivas garantias e lucratividade.

Em entrevista ao jornal "Correio da Cidadania" (6 a 13/06/06), o respeitado economista da UnB, Décio Munhoz, diz: "Acho que o projeto está mal discutido, mal entendido, criando uma ilusão muito grande. Se houver mesmo investimentos garantidos é algo muito pior do que a privatização, pois vamos avançar no orçamento. Já estamos comprometidos com os juros da dívida e agora vamos nos comprometer a dar lucro ao capital privado. Ou seja, é o sonho, para alguns, do capitalismo sem risco; não há possibilidade de perder".

7.3. Reforma Política Frente parlamentar em defesa da Reforma Política

Tem se acentuado a preocupação com o andamento da Reforma Política: ela não está sendo discutida pela sociedade brasileira. Apesar da importância e dos impactos no sistema eleitoral brasileiro, a discussão sobre a Reforma Política está restrita ao Congresso Nacional, na Co-

missão Especial de Análise da Reforma Política, cujo relator é o deputado Ronaldo Caiado. O parecer do relator propõe uma mudança do sistema de lista aberta para o sistema de lista fechada. Caso o Projeto seja aprovado como propõe a Comissão, cada partido ou coligação apresentará à Justiça Eleitoral uma lista de candidatos pré-ordenada. Outro assunto que está em discussão é o financiamento público de campanhas políticas. Daí surgirem iniciativas novas através de seminários e a criação de uma Frente Parlamentar da Reforma Política, prevista para ser lançada no dia 29/06. Esta Frente se propõe ser um elo do Congresso com a sociedade. Essas e outras mudanças que propõem o projeto de lei, segundo o cientista social David Fleischer (UnB), causariam um grande impacto sobre o sistema eleitoral brasileiro, mas estão sendo pouco discutidas pela sociedade brasileira.

7.4. Primeiro Projeto de iniciativa popular

Em votação histórica, o plenário da Câmara aprovou, no início de junho, a criação do Sistema Nacional de Habitação. Em tramitação há mais de 12 anos na Casa, o projeto de lei foi o primeiro de iniciativa popular a ser protocolado no Congresso, com apoio de um milhão de assinaturas coletadas em todo o país. O texto cria o Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. É uma vitória de iniciativa popular, realizada a várias mãos, consagrando uma luta forte da população, de movimentos populares e associações comunitárias de

todo o país. O texto aprovado prevê que o Conselho de Habitação seja formado por representantes de setores produtivos da área habitacional, de movimentos sociais e órgãos de governo. O texto também defende que o Conselho, deliberativo e com autonomia, seja o responsável pela deliberação da política de habitação do fundo, como a alocação de recursos e a política de investimento. Significa um aprofundamento do controle social sobre a política de governo. O projeto deverá ser votado pelo Senado nos próximos dias para depois ir à sanção.

7.5. Contra a violência doméstica

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei da deputada Iara Bernardi que tipifica como crime a violência doméstica e torna inafiançável a lesão corporal quando o crime for cometido por "agressor doméstico".

Cerca de 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. Os dados são da Sociedade Mundial de Vitimologia, que tem sede na Holanda e pesquisou a violência contra 138 mil mulheres em 54 países. A cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relações de afeto.

7.6. Medidas que inviabilizam demarcações de terras indígenas

Um surpreendente relatório parcial foi aprovado no dia 8/06 do Senado pela comissão de Questões Fundiárias. O relatório propõe uma emenda à Constituição (PEC) defendendo que o Senado faça parte do processo de decisão das demar-

cações das terras indígenas. E nos casos de demarcação de terras em faixa de fronteira, o Gabinete de Segurança Institucional também seja envolvido. Outra recomendação do relatório é a aprovação da PEC que permite a plena indenização das propriedades tituladas, e não apenas das benfeitorias. Isso aumentaria muito as dificuldades no processo demarcatório.

7.7. Comissão aprova nova SUDENE

Foi finalmente aprovado na Comissão especial o Projeto que recria a SUDENE. O texto propõe que a autarquia deverá existir até que a renda média do nordeste seja equivalente a 80% da renda média nacional. De acordo com a proposta, o órgão reunirá os nove estados nordestinos e alguns municípios de Minas Gerais e Espírito Santo e investirá anualmente, até 2013, R\$ 860 milhões em atividades produtivas e infra-estruturas. O relator propôs que o Conselho deliberativo da entidade se reúna semestralmente com a presença do presidente da República. A proposta segue agora para o plenário, para ser votado até o final de junho.

Colaboraram nesta *Análise*: Bernard Lestienne SJ, Lúcia Avelar, Pe. Thierry Linard, Ir. Delci Franzen e Pe. José Ernanne Pinheiro
Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Professor na Universidade Católica de Brasília,
Assessor da Comissão Episcopal para o Laicato
Endereço do autor:
Caixa Postal 02067
70259-970 - Brasília - DF

QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE

- 1- Você e sua comunidade estão acompanhando o atual momento político do País configurado pela proximidade das eleições municipais?
- 2- Você considera viável dinamizar as comunidades no discernimento que essa circunstância exige? Como fazer isso?

“Numa sociedade desigual como a brasileira, o jogo político corresponde à estrutura social de castas – a Casa Grande e a Senzala...”



CRB

Impresso
Especial

050200140-2/2002 - DR/RJ

CRB

...CORREIOS...

Quadro Programático da CRB 2004-2007

Horizontes

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

Prioridades

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parceria com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunha de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

Reales

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.